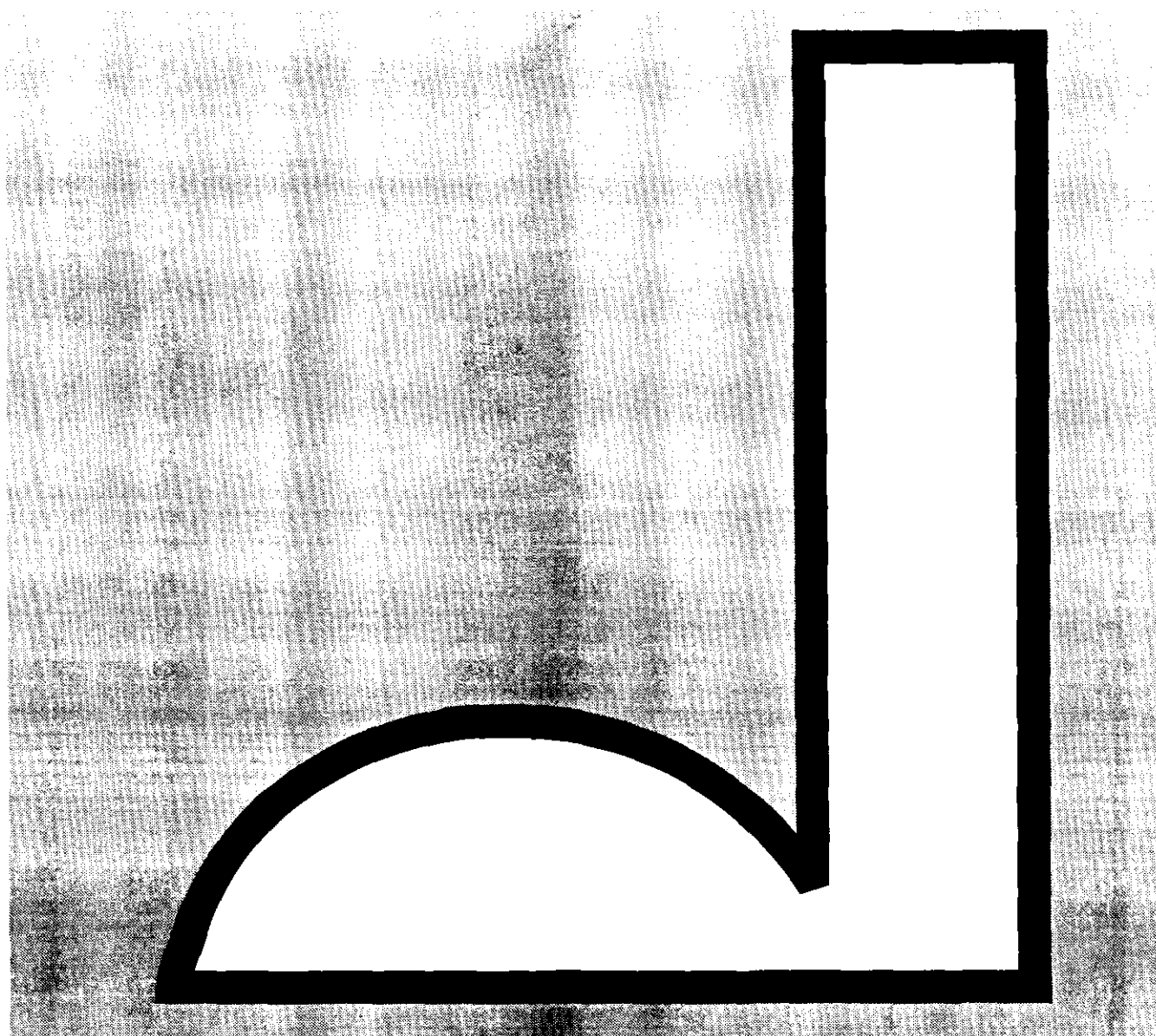




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p> <p>(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 116ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 792, de 2000-CN (nº 1.237/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 18, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$1.889.768.471,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18257

Nº 793, de 2000-CN (nº 1.238/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 19, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$1.232.728.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18306

Nº 794, de 2000-CN (nº 1.239/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 20, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18309

Nº 795, de 2000-CN (nº 1.240/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 21, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da

República e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$40.544.936,00 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18312

Nº 796, de 2000-CN (nº 1.241/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 22, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$30.051.411,00 (trinta milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e onze reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18320

Nº 797, de 2000-CN (nº 1.242/2000, na origem), de 8 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 23, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$3.560.797,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 18322

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 18 a 23, de 2000-CN, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente..... 18324

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 464, de 2000, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997, por versarem sobre matéria correlata. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente..... 18324

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Preocupação com o crescimento da violência no Brasil. Neces-

sidade de formulação de políticas públicas que estimulem a participação da sociedade na solução dos problemas nacionais. 18325

SENADOR FREITAS NETO – Indignação com a ausência de previsão orçamentária para concessão de reajuste salarial aos servidores públicos. 18330

SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas à política econômica neoliberal adotada pelo Governo Federal. 18332

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição de artigo de autoria do ex-Senador Josaphat Marinho, publicado no jornal *Correio Braziliense*, edição de 2 de setembro do corrente, intitulado "Crise de Ética". 18337

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Considerações sobre a falta de provisão, no Orçamento da União para 2001, de recursos para incrementar os gastos com programas sociais. 18338

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek, de acordo com o Requerimento nº 441, de 2000, do Senador Maguito Vilela e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem. 18339

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 18339

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 916, de 2000, referente à servidora Gleyde Vuolo. 18342

Nº 917, de 2000, referente ao servidor Leonardo Joffily. 18343

Nº 918, de 2000, referente ao servidor Nascimento Ferreira Gomes. 18344

Nº 919, de 2000, referente ao servidor Laurindo Teixeira Costa. 18345

Nº 920, de 2000, referente ao servidor Antonio Soares de Pádua. 18346

Nº 921, de 2000, referente ao servidor Frederico Augusto Rondon Neto. 18347

Nº 922, de 2000, referente à servidora Sandra da Silva Rodrigues. 18348

Nº 923, de 2000, referente à servidora Dione Maria Siqueira dos Santos. 18349

Nºs 924 e 925, de 2000. 18350

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 116ª Sessão Não Deliberativa em 11 de setembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Freitas Neto

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EM nº 208 /MP

Brasília, 01 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 792 DE 2000 – CN (Nº 1.237/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$1.889.768.471,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes".

Brasília, 8 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar no valor global de R\$ 1.889.768.471,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, conforme a seguir relacionados:

	R\$ 1,00
Justiça Federal	1.670.853
Justiça Militar	15.804.951
Justiça do Trabalho	438.678.236
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	29.877.289
Presidência da República	10.776.384
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	33.958.254
Ministério da Ciência e Tecnologia	640.579
Ministério da Fazenda	341.120.543
Ministério da Educação	124.920.001
Ministério da Justiça	189.073.655
Ministério de Minas e Energia	2.000.000
Ministério da Previdência e Assistência Social	59.974.131
Ministério da Saúde	55.109.883
Ministério do Trabalho e Emprego	168.384.397
Ministério das Comunicações	33.500.000
Ministério da Cultura	236.272
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.157.170
Ministério da Defesa	177.227.211
Ministério da Integração Nacional	1.991.215
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	203.667.447
TOTAL	1.889.768.471

2. O crédito em questão tem por objetivo complementar a dotação de pessoal e encargos sociais, que se encontra insuficiente, de modo a cobrir tais despesas até o mês de novembro próximo.

3. Os recursos necessários ao atendimento das proposições dos órgãos são oriundos do remanejamento de dotações orçamentárias, não acarretando prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial da União de 1999, conforme apresentado abaixo:

	RS 1,00
Cancelamento Parcial de Dotações	47.136.459
Presidência da República	10.000
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	1.000.000
Ministério da Fazenda	2.320.000
Ministério da Educação	4.749.289
Ministério de Minas e Energia	2.000.000
Ministério da Previdência e Assistência Social	2.400.000
Ministério das Comunicações	33.500.000
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.157.170
Excesso de Arrecadação	8.900.000
Fonte 280 – Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	8.900.000
Superávit Financeiro, apurado em Balanço Patrimonial da União de 1999	1.833.732.012
TOTAL	1.889.768.471

4. Vale salientar que, do total do cancelamento, parte refere-se ao remanejamento de dotações de precatórios, classificados indevidamente no grupo de despesas Outras Despesas Correntes, quando o correto seria o seu enquadramento no grupo Pessoal e Encargos Sociais.

5. O excesso de arrecadação acima referido provém de receitas diretamente arrecadadas do Banco Central do Brasil – BACEN. A atualização da estimativa de receita, em atendimento ao disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO-2000), é demonstrada no quadro abaixo:

Fonte	Natureza da Receita	Valor da LOA/2000	Reestimativa	Excesso
250	19220300 – Restituição de Contrib. Previdenciária Complementar.	1.495.500.000	1.741.200.000	245.700.000
TOTAL		1.495.500.000	1.741.200.000	245.700.000

6. Embora o excesso tenha se verificado na fonte 250 – Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados, decorrente da restituição de contribuições feitas anteriormente à Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS, a disponibilidade de recursos da fonte 280 – Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados, que ora se propõe utilizar parcialmente para custear o presente crédito, resulta da modificação de fonte de recursos efetuada com o objetivo de alocar o referido excesso de arrecadação para o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores do BACEN, em obediência ao disposto no art. 14, § 3º, inciso III, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e no Decreto nº 2.842, de 13 de novembro de 1998.

7. Esclareço, por oportuno, que a solicitação de crédito em referência será viabilizada mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, e está amparada nas disposições contidas no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2000-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$1.889.768.471,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da Justiça Federal, da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Cultura, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Defesa, do Ministério da Integração Nacional e das Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$1.889.768.471,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I – cancelamento de dotações orçamentárias constantes do Anexo II desta lei, no valor de R\$47.136.459,00 (quarenta e sete milhões,

cento e trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais);

II – excesso de arrecadação, no valor de R\$8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais); e

III – superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial da União de 1999, no valor de R\$1.833.732.012,00 (um bilhão, oitocentos e trinta e três milhões, setecentos e trinta e dois mil e doze reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de 2000.

ORÇAO : 13000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 13105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROGMA/COIS/OUTROS/PROPOSTA	E S F	O B D	M D O	I D E	F T E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO						219.961
		OPCOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0000	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PENSIOES						219.961
00 272	0000 0000 0000	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PENSIOES - NACIONAL	S	1-PES	00	0	002	219.961
0000		PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL						1.460.802
		ATIVIDADES						
00 001	0000 4207	JULGAMENTO DE CAUSAS						1.460.802
00 001	0000 4207 0000	JULGAMENTO DE CAUSAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	002	1.460.802
		TOTAL - FISCAL						1.460.802
		TOTAL - SEGURIDADE						219.961
		TOTAL - GERAL						1.680.763

ORÇAO : 13000 - JUSTICA MILITAR
UNIDADE : 13101 - JUSTICA MILITAR

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAC.	PROPOSTA	PROGMA/COIS/OUTROS/PROPOSTA	E S F	O B D	M D O	I D E	F T E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO						1.816.474
		OPCOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0000	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PENSIOES						1.816.474
00 272	0000 0000 0000	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PENSIOES - NACIONAL	S	1-PES	00	0	002	1.816.474
0000		PRESTACAO JURISDICCIONAL MILITAR						13.988.477
		ATIVIDADES						
00 001	0000 4208	PROCESSAMENTO DE CAUSAS ENVOLVENDO CRIMES MILITARES						13.988.477
00 001	0000 4208 0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS ENVOLVENDO CRIMES MILITARES - NACIONAL	F	1-PES	00	0	002	13.988.477
		TOTAL - FISCAL						13.988.477
		TOTAL - SEGURIDADE						1.816.474
		TOTAL - GERAL						15.804.951

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N O	M O D	I N D	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							7.063.449
		OPCOES ESPECIAIS					
02 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					7.063.449
02 272	0000 0006 0005	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	7.063.449
0071 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA							31.251.202
		ATIVIDADES					
02 001	0071 4250	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					31.251.202
02 001	0071 4250 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	31.251.202
TOTAL - FISCAL							31.251.202
TOTAL - SEGURIDADE							7.063.449
TOTAL - GERAL							38.314.651

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14. REGIÃO

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N O	M O D	I N D	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							9.322.134
		OPCOES ESPECIAIS					
02 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					9.322.134
02 272	0000 0006 0005	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	9.322.134
0071 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA							26.979.712
		ATIVIDADES					
02 001	0071 4250	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					26.979.712
02 001	0071 4250 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	26.979.712
TOTAL - FISCAL							26.979.712
TOTAL - SEGURIDADE							9.322.134
TOTAL - GERAL							36.301.846

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24. REGIÃO

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N O	M O D	I N D	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							12.940.779
		OPCOES ESPECIAIS					
02 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					12.940.779
02 272	0000 0006 0005	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	12.940.779
0071 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA							23.930.009
		ATIVIDADES					
02 001	0071 4250	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					23.930.009
02 001	0071 4250 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	23.930.009
TOTAL - FISCAL							23.930.009
TOTAL - SEGURIDADE							12.940.779
TOTAL - GERAL							36.870.788

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 34. REGIÃO

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N O	M O D	I N D	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							26.646.993
		OPCOES ESPECIAIS					
02 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					26.646.993
02 272	0000 0006 0005	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	26.646.993
0071 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA							47.956.194
		ATIVIDADES					
02 001	0071 4250	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					47.956.194
02 001	0071 4250 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	47.956.194
TOTAL - FISCAL							47.956.194
TOTAL - SEGURIDADE							26.646.993
TOTAL - GERAL							74.603.187

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15100 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N D O	I D E	F I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 4.005.005

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 271	0000 0005	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS						4.005.005
00 272	0000 0005 0070	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS - NACIONAL Pessoa Beneficiária (APOSENTADO) 0570415	S	1-PES	00	0	002	4.005.005

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 4.005.005

TOTAL - GERAL 4.005.005

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15100 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N D O	I D E	F I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.040.707

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0005	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS						2.040.707
00 272	0000 0005 0025	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS - NACIONAL Pessoa Beneficiária (APOSENTADO) 0	S	1-PES	00	0	002	2.040.707

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 2.040.707

TOTAL - GERAL 2.040.707

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N D O	I D E	F I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 4.147.003

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0005	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS						4.147.000
00 272	0000 0005 0071	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS E PERÍODOS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	002	4.147.003

0071 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 10.490.407

		ATIVIDADES						VALOR
02 001	0071 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS						10.490.407
02 001	0071 0005 0047	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	002	10.490.407

TOTAL - FISCAL 10.490.407

TOTAL - SEGURIDADE 4.147.003

TOTAL - GERAL 10.040.470

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N D O	I D E	F I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0071 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA 17.571.570

		ATIVIDADES						VALOR
02 001	0071 0005	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS						17.571.570
02 001	0071 0005 0045	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	002	17.571.570

TOTAL - FISCAL 17.571.570

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 17.571.570

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) REDUÇÕES DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/NOVA/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0671 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 8.307.169

		ATIVIDADES						
CE 061	0571 4266	PRESTACAO DE CARGAS TRABALHISTAS						8.307.169
CE 061	0571 4266 0025	PRESTACAO DE CARGAS TRABALHISTAS - NACIONAL		F	1-PES	00	0	192
								8.307.169
								8.307.169

TOTAL - FISCAL 8.307.169

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 8.307.169

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) REDUÇÕES DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/NOVA/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 56.674

		OPERACOES ESPECIAIS							
00 222	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES							56.674
00 222	0000 0006 0010	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL		S	1-PES	00	0	192	56.674

0671 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 26.976.483

		ATIVIDADES							
02 061	0571 4266	PRESTACAO DE CARGAS TRABALHISTAS							26.976.483
02 061	0571 4266 0025	PRESTACAO DE CARGAS TRABALHISTAS - NACIONAL		F	1-PES	00	0	192	26.976.483 26.976.483

TOTAL - FISCAL 26.976.483

TOTAL - SEGURIDADE 56.674

TOTAL - GERAL 27.033.157

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) REDUÇÕES DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/NOVA/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0671 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 2.404.496

ORÇ. 001	FUNÇ. 0571 4266	ATIVIDADES		F	1-PES	00	0	192	2.404.496
02 061	0571 4266 001	PRESTAÇÃO DE CARGAS TRABALHISTAS - NACIONAL							2.404.496
									2.404.496

TOTAL - FISCAL 2.404.496

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 2.404.496

ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) REDUÇÕES DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/NOVA/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 12.176.263

		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 222	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES						12.176.263
00 222	0000 0006 0010	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL		\$	1-PES	00	0	192 12.176.263

0671 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 104.524.979

ORÇ	FUNÇ	ATIVIDADES		F	E	S	G	M	I	F	T	VALOR
02 061	0571 4266	PRESTAÇÃO DE CARGAS TRABALHISTAS										104.524.979
02 061	0571 4266 0025	PRESTAÇÃO DE CARGAS TRABALHISTAS - NACIONAL		F	1-PES	00	0	192				104.524.979

TOTAL - FISCAL 104.524.979

TOTAL - SEGURIDADE 12.176.263

TOTAL - GERAL 116.701.242

ORÇAO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª. REGIÃO

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 17.350.934

		ATIVIDADES					
DE 051	0571 4286	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					17.350.934
DE 051	0571 4286 0005	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	80	0	182
							17.350.934

TOTAL - FISCAL 17.350.934

TOTAL - SEGURANCA 0

TOTAL - GERAL 17.350.934

ORÇAO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIÃO

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 918.844

OPERACOES ESPECIAIS							
00 272	0000 0005	PAGAMENTO DE PENSIONATO E PENSÕES					918.844
00 272	0000 0005 0020	PAGAMENTO DE PENSIONATO E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	80	0	918.844

0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 6.344.905

DE 001	0571 4286	ATIVIDADES					6.344.905	
		APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS						
DE 051	0571 4286 0018	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL					6.344.905	
			F	1-PES	80	0	182	6.344.905

TOTAL - FISCAL 6.344.905

TOTAL - SEGURANCA 918.844

TOTAL - GERAL 7.263.749

ORÇAO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª. REGIÃO

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 410.148

		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0005	PAGAMENTO DE PENSIONATO E PENSÕES						410.148
00 272	0000 0005 0021	PAGAMENTO DE PENSIONATO E PENSÕES - NACIONAL		\$	1-PES	80	0	182

0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 528.450

		ATIVIDADES					
02 001	0071 4286	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					\$28.450
02 001	0071 4286 0018	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	80	0	\$28.450

TOTAL - FISCAL 528.450

TOTAL - SEGURANCA 410.148

TOTAL - GERAL 938.598

ORÇAO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA 17.342.951

ATIVIDADES							
DE 051	0571 4286	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					17.342.95
DE 051	0571 4286 0007	APRELIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	80	0	182
							17.342.95
							17.342.95

TOTAL - FISCAL 17.342.951

TOTAL - SEGURANCA 0

TOTAL - GERAL 17.342.951

ORÇAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	VALOR
0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							23.926
		OPERACOES ESPECIAIS					
00 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					23.926
00 272	0000 0006 0003	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	23.926
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							241.222
		ATIVIDADES					
02 081	0071 4200	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					241.222
02 081	0071 4200 0001	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	241.222
TOTAL - FISCAL							241.222
TOTAL - SEGURIDADE							23.926
TOTAL - GERAL							265.148

ORÇAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	VALOR
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							13.051.470
		ATIVIDADES					
02 081	0071 4200	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					13.051.470
02 081	0071 4200 0001	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	13.051.470
TOTAL - FISCAL							13.051.470
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							13.051.470

ORÇAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	VALOR
0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							1.793
		OPERACOES ESPECIAIS					
00 272	0000 0006	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					1.793
00 272	0000 0006 0003	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NACIONAL	S	1-PES	00	0 102	1.793
0071 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							48.478
		ATIVIDADES					
02 081	0071 4200	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS					48.478
02 081	0071 4200 0001	APRECIACAO DE CAUSAS TRABALHISTAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0 102	48.478
TOTAL - FISCAL							48.478
TOTAL - SEGURIDADE							1.793
TOTAL - GERAL							50.271

ORÇAO : 15000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
UNIDADE : 15101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	VALOR
0067 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL							29.077.290
		ATIVIDADES					
02 081	0067 4200	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO DISTRITO FEDERAL					29.077.290
02 081	0067 4200 0001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	F	1-PES	00	0 102	29.077.290
TOTAL - FISCAL							29.077.290
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							29.077.290

ORÇÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N V	F U T
0000		PRESIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					10.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS					10.000
00 272	0000 0102 0016	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	50	0	100
		TOTAL - FISCAL					0
		TOTAL - SEGURIDADE					10.000
		TOTAL - GERAL					10.000

ORÇÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20110 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N V	F U T
0000		PRESIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					1.737.300
		OPERACOES ESPECIAIS					
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE PENSIONATARIAS A SERVIÇOS CÍVIS					1.283.451
00 272	0000 0101 0022	PAGAMENTO DE PENSIONATARIAS A SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL PENSIONATO BENEFICIÁRIO (UNIDADE) 0	S	1-PES	50	0	102
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS					443.848
00 272	0000 0102 0022	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL PENSIONATO BENEFICIÁRIO (UNIDADE) 10	S	1-PES	50	0	102
0700		APOIO ADMINISTRATIVO					6.722.510
		ATIVIDADES					
04 122	0700 0020	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E EMPREGOS SOCIAIS					6.722.510
04 122	0700 0020 0022	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E EMPREGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REEMBOLSA (UNIDADE) 21	F	1-PES	50	0	102
		TOTAL - FISCAL					6.722.510
		TOTAL - SEGURIDADE					1.737.300
		TOTAL - GERAL					10.489.810

ORÇÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20401 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N V	F U T
0001		OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS					300.500
		OPERACOES ESPECIAIS					
00 040	0001 0022	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMISSÃO EM JULGADO DEIXA POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA					300.500
00 040	0001 0022 0023	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMISSÃO EM JULGADO DEIXA POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL	F	1-PES	50	0	102
		TOTAL - FISCAL					300.500
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					300.500

ORÇÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N V	F U T
0700		APOIO ADMINISTRATIVO					17.003.010
		ATIVIDADES					
00 122	0700 0020	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E EMPREGOS SOCIAIS					17.003.010
00 122	0700 0020 0021	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E EMPREGOS SOCIAIS - NACIONAL PESSOA REEMBOLSA (UNIDADE) 101	F	1-PES	50	0	102
		TOTAL - FISCAL					17.003.010
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					17.003.010

ORÇAO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAR.	PROGNATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
0769 APOIO ADMINISTRATIVO								18.875.238
		ATIVIDADES						
00 022	0769 0025	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BANCOS SOCIAIS						18.875.238
00 022	0769 0025 0111	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BANCOS SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	102	18.875.238
		OPERACOES ESPECIAIS						
26 278	0769 0110	CONTRIBUICO A PREVIDENCIA PROPRIA						1.000.000
26 278	0769 0110 0027	CONTRIBUICO A PREVIDENCIA PROPRIA - NACIONAL	F	1-PES	00	0	250	1.000.000
TOTAL - FISCAL								18.875.238
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								18.875.238

ORÇAO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24101 - MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAR.	PROGNATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								462.875
		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS						16.422
00 272	0000 0101 0000	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	16.422
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS						446.453
00 272	0000 0102 0000	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	446.453
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								462.875
TOTAL - GERAL								462.875

ORÇAO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24203 - FUNDACAO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAR.	PROGNATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								177.704
		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS						106.872
00 272	0000 0101 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	106.872
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS						12.002
00 272	0000 0102 0001	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	12.002
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								177.704
TOTAL - GERAL								177.704

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 26101 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PAR.	PROGNATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								316.290.085
		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS						175.060.000
00 272	0000 0101 0115	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	175.060.000
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS						142.040.460
00 272	0000 0102 0005	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	102	142.040.460
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								316.290.085
TOTAL - GERAL								316.290.085

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 26201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0760 APOIO ADMINISTRATIVO 8.000.000

04 122	0760 0000	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
		REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS						

04 122 0760 0000 0147 REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS - NACIONAL 8.000.000

04 122 0760 0000 0147 REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS - NACIONAL 8.000.000

0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS 2.320.000

26 940	0001 0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
		CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PROCURADORES) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PROMOÇÕES PÚBLICAS						

26 940 0001 0000 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PROCURADORES) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PROMOÇÕES PÚBLICAS 2.320.000

26 940 0001 0000 0028 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PROCURADORES) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PROMOÇÕES PÚBLICAS - NACIONAL 2.320.000

26 940 0001 0000 0028 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PROCURADORES) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PROMOÇÕES PÚBLICAS - NACIONAL 2.320.000

TOTAL - FISCAL 11.220.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 11.220.000

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 26207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0760 APOIO ADMINISTRATIVO 13.001.458

04 122	0760 0000	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
		REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS						

04 122 0760 0000 0125 REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS - NACIONAL 13.001.458

04 122 0760 0000 0125 REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS SOCIAIS - NACIONAL 13.001.458

TOTAL - FISCAL 13.001.458

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 13.001.458

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 13.000.547

00 272	0000 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS						

00 272 0000 0102 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS 13.000.547

00 272 0000 0102 0028 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL 13.000.547

00 272 0000 0102 0028 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL 13.000.547

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 13.000.547

TOTAL - GERAL 13.000.547

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 10.711

00 272	0000 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I N T	F U T	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS						

00 272 0000 0102 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS 10.711

00 272 0000 0102 0129 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 10.711

00 272 0000 0102 0129 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 10.711

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 10.711

TOTAL - GERAL 10.711

ÓRGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20201 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/COG/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------------------------------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 202.042

12 263	0044 2002	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
		PROFICIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
12 263	0044 2002 0101	PROFICIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	F	1-PES	01	0 102	202.042

TOTAL - FISCAL 202.042

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 202.042

ÓRGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20000 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/COG/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------------------------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 00.700

00 272	0000 0101	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
00 272	0000 0101 0220	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIÁS	S	1-PES	01	0 102	00.700

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 00.700

TOTAL - GERAL 00.700

ÓRGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20210 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/COG/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------------------------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 23.010

00 272	0000 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
00 272	0000 0102 0210	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	1-PES	01	0 102	23.010

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 23.010

TOTAL - GERAL 23.010

ÓRGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/COG/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
-------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------------------------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 4.270

00 272	0000 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	L I N H E I T E	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
00 272	0000 0102 0210	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO	S	1-PES	01	0 102	4.270

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 4.270

TOTAL - GERAL 4.270

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26212 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I N I C	F U T E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								173.680
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						173.680
00 272	0000 0102 0205	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO PARA	S	1-PES	00	0	102	173.680
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						173.680
		TOTAL - GERAL						173.680

ORGÃO : 09000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26210 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I N I C	F U T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								267.320
		ATIVIDADES						
12 003	0044 2302	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						267.320
12 003	0044 2302 0205	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA PARAIBA	F	1-PES	00	0	102	267.320
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						267.320
		TOTAL - GERAL						267.320
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								161.400
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						161.400
00 272	0000 0102 0207	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	1-PES	00	0	102	161.400
		TOTAL - FISCAL						0
		TOTAL - SEGURIDADE						161.400
		TOTAL - GERAL						161.400
0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS								1.001.321
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 040	0001 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMISSA DO JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS						1.001.321
00 040	0001 0005 0101	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMISSA DO JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	102	1.001.321
		TOTAL - FISCAL						1.001.321
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.001.321

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26214 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I N I C	F U T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								4.402
		ATIVIDADES						
12 003	0044 2302	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						4.402
12 003	0044 2302 0203	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	1-PES	00	0	102	4.402
		TOTAL - FISCAL						4.402
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						4.402

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26216 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I N I C	F U T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								004.710
		ATIVIDADES						
12 003	0044 2302	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						004.710
12 003	0044 2302 0201	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	1-PES	00	0	102	004.710
		TOTAL - FISCAL						004.710
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						004.710
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								00.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CÍVIS						00.000
00 272	0000 0101 0210	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	1-PES	00	0	102	00.000
		TOTAL - FISCAL						004.710
		TOTAL - SEGURIDADE						00.000
		TOTAL - GERAL						000.710

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26210 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PIAUÍ

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 179.832

CG	CBO	CBO 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
00 272	0000	0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						179.832
00 272	0000	0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	1-PES	90	0	102	179.832

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 179.832

TOTAL - GERAL 179.832

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26210 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 85.894

CG	CBO	CBO 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
00 272	0000	0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						85.894
00 272	0000	0102 0241	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	1-PES	90	0	102	85.894

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 85.894

TOTAL - GERAL 85.894

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26221 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 42.288

CG	CBO	CBO 0102	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
00 272	0000	0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						42.288
00 272	0000	0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	1-PES	90	0	102	42.288

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 42.288

TOTAL - GERAL 42.288

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26222 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 8.389

CG	CBO	CBO 0101	OPERAÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
00 272	0000	0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS						8.389
00 272	0000	0101 0233	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	1-PES	90	0	102	8.389

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 8.389

TOTAL - GERAL 8.389

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

MEIO 1 CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	----------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.817.897

		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						1.817.897
00 272	0000 0102 0243	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DA BAHIA		S	1-PES	90	0	1.817.897
							102	1.817.897

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 1.817.897

TOTAL - GERAL 1.817.897

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

MEIO 1 CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	----------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 12.430.713

		OPERÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APRESENTAÇÕES A SERVIDORES CÍVIS						11.774.107
00 272	0000 0101 0023	PAGAMENTO DE APRESENTAÇÕES A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO CEARÁ						11.774.107
				\$	1-PES	90	0	102
								11.774.107
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						666.546
00 272	0000 0102 0243	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO CEARÁ						666.546
				\$	1-PES	90	0	102
								666.546

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 12.430.713

TOTAL - GERAL 12.430.713

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

MEIO 1 CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	----------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 753.867

		OPERAÇÕES ESPECIAIS									
NO 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS								753.867	
NO 272	0000 0102 0241	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO								753.867	
				S	1-PES	90	0	102	753.867		

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 753.867

TOTAL - GERAL 753.867

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MEIO 1 CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	F T E	VALOR
-------	----------	--------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.013.253

		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APRESENTACOES A SERVIDORES CIVIS						896.441
00 272	0000 0101 0029	PAGAMENTO DE APRESENTACOES A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS		S	1-PES	90	0	896.441
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSOES - SERVIDORES CIVIS						1.067.816
00 272	0000 0102 0243	PAGAMENTO DE PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE GOIAS		S	1-PES	90	0	1.067.816

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 2.013.253

TOTAL - GERAL 2.013.253

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

NEXO I			CREDITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	VALOR	
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO			7.324.368					
OPERACOES ESPECIAIS								
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APONTAMENTOS A SERVIDORES CIVIS					0.023.434	
00 272	0000 0101 0023	PAGAMENTO DE APONTAMENTOS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	1-PES	00	0	102	0.023.434
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					1.210.904	
00 272	0000 0102 0103	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	1-PES	00	0	102	1.210.904
TOTAL - FISCAL			0					
TOTAL - SEGURIDADE			1.234.308					
TOTAL - GERAL			7.324.368					

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20227 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	VALOR	
0041 DESENVOLVIMENTO DO EXISTENTE DE GRADUACAO 3.379.164								
		ATIVIDADES						
02 304	0041 4000	PROFICIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO					3.379.164	
02 304	0041 4000 0005	PROFICIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	1-PES	00	0	102	3.379.164
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.183.883								
		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					1.183.883	
00 272	0000 0102 0023	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	00	0	102	1.183.883
TOTAL - FISCAL 3.379.164								
TOTAL - SEGURIDADE 1.183.883								
TOTAL - GERAL 4.562.887								

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

NEXO I		CREDITO SUPLENTE						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	VALOR	
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							0.005	
OPERACOES ESPECIAIS								
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					0.005	
00 272	0000 0102 0023	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	00	0	102	0.005
TOTAL - FISCAL							0	
TOTAL - SEGURIDADE							0.005	
TOTAL - GERAL							0.005	

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20228 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

NEXO I			CREDITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T	VALOR	
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO			870.337					
		OPERACOES ESPECIAIS						
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					870.337	
00 272	0000 0102 0023	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	1-PES	00	0	102	870.337 870.337
TOTAL - FISCAL			0					
TOTAL - SEGURIDADE			870.337					
TOTAL - GERAL			870.337					

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D O	I U E	VALOR
0041		DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO					46.711,014
		ATIVIDADES					
12 284	0041 4000	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO					46.711,014
12 284	0041 4000 0071	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DA PARAIBA	F	1-PES	00	0 192	46.711,014
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					793,037
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					793,037
00 272	0000 0102 0203	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	1-PES	00	0 192	793,037
TOTAL - FISCAL							46.711,014
TOTAL - SEGURIDADE							793,037
TOTAL - GERAL							46.504,951

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D O	I U E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					533,847
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					533,847
00 272	0000 0102 0103	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	1-PES	00	0 192	533,847
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							533,847
TOTAL - GERAL							533,847

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26343 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D O	I U E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					1.582,463
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					1.582,463
00 272	0000 0102 0200	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	1-PES	00	0 192	1.582,463
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							1.582,463
TOTAL - GERAL							1.582,463

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26343 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

MEIO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D O	I U E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					438,698
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					438,698
00 272	0000 0102 0325	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	1-PES	00	0 192	438,698
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							438,698
TOTAL - GERAL							438,698

ORGÃO : 26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE : 26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

MEIO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMA/ACÓ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	N D O	L I N H E I T A	F U T E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							
							170.404
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS					170.404
00 272	0000 0102 0010	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					170.404
		S	1-953	00	0	102	170.404
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							170.404
TOTAL - GERAL							170.404

ORGÃO : 26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE : 26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MEIO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMA/ACÓ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	N D O	L I N H E I T A	F U T E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							
							207.030
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS					207.030
00 272	0000 0102 0010	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					207.030
		S	1-953	00	0	102	207.030
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							207.030
TOTAL - GERAL							207.030

ORGÃO : 26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE : 26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MEIO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMA/ACÓ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	N D O	L I N H E I T A	F U T E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							
							1.173.041
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS					1.173.041
00 272	0000 0102 0010	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA					1.173.041
		S	1-953	00	0	102	1.173.041
0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							000.303
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 040	0001 0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PENSIONES PÚBLICAS					000.303
20 040	0001 0000 0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PENSIONES PÚBLICAS - NACIONAL					000.303
		F	1-953	00	0	100	000.303
TOTAL - FISCAL							000.303
TOTAL - SEGURIDADE							1.173.041
TOTAL - GERAL							1.888.384

ORGÃO : 26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARCIA

MEIO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMA/ACÓ/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	N D O	L I N H E I T A	F U T E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							
							447.820
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS					447.820
00 272	0000 0102 0010	PAGAMENTO DE PENCOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					447.820
		S	1-953	00	0	102	447.820
0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							2.910.200
OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 040	0001 0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PENSIONES PÚBLICAS					2.910.200
20 040	0001 0000 0100	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E PENSIONES PÚBLICAS - NACIONAL					2.910.200
		F	1-953	00	0	100	2.910.200
TOTAL - FISCAL							2.910.200
TOTAL - SEGURIDADE							447.820
TOTAL - GERAL							3.368.020

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 28348 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	I D U	F I T E
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO							382.537
		ATIVIDADES					
12.384	0041.4000	PAGAMENTO DE CURSOS DE INICIACAO					382.537
12.384	0041.4000.0001	PAGAMENTO DE CURSOS DE INICIACAO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	1-PES	80	0	192
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							477.958
		OPCOES ESPECIAIS					
08.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					477.958
08.272	0000.0102.0117	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	1-PES	80	0	192
TOTAL - FISCAL							382.537
TOTAL - SEGURIDADE							477.958
TOTAL - GERAL							860.495

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 28349 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	I D U	F I T E
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							828.324
		OPCOES ESPECIAIS					
08.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					828.324
08.272	0000.0102.0111	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	1-PES	80	0	192
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							828.324
TOTAL - GERAL							828.324

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 28350 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	I D U	F I T E
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							60.280
		OPCOES ESPECIAIS					
08.272	0000.0101	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS					60.280
08.272	0000.0101.0003	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	1-PES	80	0	192
08.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					14.000
08.272	0000.0102.0005	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	1-PES	80	0	192
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							60.280
TOTAL - GERAL							60.280

ORÇAO : 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 28283 - FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS DO PARA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PREORÇAMENTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	I D U	F I T E
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							418.481
		OPCOES ESPECIAIS					
08.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					418.481
08.272	0000.0102.0111	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO PARA	S	1-PES	80	0	192
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							418.481
TOTAL - GERAL							418.481

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26264 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I D U	F U T	E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 440.791

ORÇ.	FUNÇ.	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	OPÇÕES ESPECIAIS					VALOR
			S	1-PES	30	0	102	
01 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						440.791
01 272	0000 0102 0203	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						440.791
			S	1-PES	30	0	102	440.791

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 440.791

TOTAL - GERAL 440.791

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26266 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I D U	F U T	E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 79.220

ORÇ.	FUNÇ.	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	OPÇÕES ESPECIAIS					VALOR
			S	1-PES	30	0	102	
01 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						79.220
01 272	0000 0102 0203	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						79.220
			S	1-PES	30	0	102	79.220

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 79.220

TOTAL - GERAL 79.220

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCUPIRA DA FONSECA

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I D U	F U T	E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0041 DESEMPENHAMENTO DA FUNÇÃO DE GRADUAÇÃO 2.004.402

ORÇ.	FUNÇ.	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	ATIVIDADES					VALOR
			S	1-PES	30	0	102	
12 004	0041 0000	PAGAMENTO DE CARGOS DE ENUNCIADO						2.004.402
12 004	0041 0000 0007	PAGAMENTO DE CARGOS DE ENUNCIADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						2.004.402
			S	1-PES	30	0	102	2.004.402

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 440.802

ORÇ.	FUNÇ.	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	OPÇÕES ESPECIAIS					VALOR
			S	1-PES	30	0	102	
01 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						440.802
01 272	0000 0102 0110	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						440.802
			S	1-PES	30	0	102	440.802

TOTAL - FISCAL 2.004.402

TOTAL - SEGURIDADE 440.802

TOTAL - GERAL 2.445.204

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26267 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I D U	F U T	E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 80.000

ORÇ.	FUNÇ.	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	OPÇÕES ESPECIAIS					VALOR
			S	1-PES	30	0	102	
01 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						80.000
01 272	0000 0102 0203	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						80.000
			S	1-PES	30	0	102	80.000

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 80.000

TOTAL - GERAL 80.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26254 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I V E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO EXISTENTE DE GRADUAÇÃO							1.709.844
		ATIVIDADES					
12.004	0041.0001	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO					1.709.844
12.004	0041.0001.0005	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO PARANÁ	F	1-PES	90	0 192	1.709.844
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							50.000
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00.272	0000.0101	PAGAMENTO DE APENSOADORIAS A SERVIDORES CÍVIS					50.000
00.272	0000.0101.0103	PAGAMENTO DE APENSOADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO PARANÁ	S	1-PES	90	0 192	50.000
TOTAL - FISCAL							1.709.844
TOTAL - SEGURIDADE							50.000
TOTAL - GERAL							1.759.844

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26260 - ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I V E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							90.001
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS					90.001
00.272	0000.0102.0013	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	90	0 192	90.001
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							90.001
TOTAL - GERAL							90.001

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I V E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO EXISTENTE DE GRADUAÇÃO							1.575.903
		ATIVIDADES					
12.004	0041.0001	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO					1.575.903
12.004	0041.0001.0001	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	1-PES	90	0 192	1.575.903
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							780.714
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00.272	0000.0101	PAGAMENTO DE APENSOADORIAS A SERVIDORES CÍVIS					405.000
00.272	0000.0101.0107	PAGAMENTO DE APENSOADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	90	0 192	405.000
00.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS					300.000
00.272	0000.0102.0013	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	90	0 192	300.000
TOTAL - FISCAL							1.575.903
TOTAL - SEGURIDADE							780.714
TOTAL - GERAL							2.356.617

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26264 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORO

NEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROPOSTA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I V E	VALOR
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							14.001
		OPÇÕES ESPECIAIS					
00.272	0000.0102	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS					14.001
00.272	0000.0102.0013	PAGAMENTO DE PÉSSOAS - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	1-PES	90	0 192	14.001
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							14.001
TOTAL - GERAL							14.001

701-69 **2008**

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
-------	----------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 304.053

IN 272	0000 0102	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						
01 272	0000 0102 0105	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO RJ						304.053
		BRUNO DO SUL	S	1-PES	00	0	002	304.053

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 304.053

TOTAL - GERAL 304.053

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
-------	----------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 100.813

IN 272	0000 0102	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						
01 272	0000 0102 0125	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO PIAUÍ						100.813
			S	1-PES	00	0	002	100.813

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 100.813

TOTAL - GERAL 100.813

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
-------	----------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 420.000

IN 272	0000 0101	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CÍVIS						
01 272	0000 0101 0201	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE SÃO PAULO						420.000
			S	1-PES	00	0	002	420.000

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 420.000

TOTAL - GERAL 420.000

ORGÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
-------	----------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 811.421

IN 272	0000 0102	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O B	I N D	F U N D	VALOR
		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						
01 272	0000 0102 0201	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						811.421
			S	1-PES	00	0	002	811.421

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 811.421

TOTAL - GERAL 811.421

TOTAL - GERMAN 44.87

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26200 - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

NEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVA/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
-------	----------	------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 71.704

IN	OUT	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
IN 272	0000 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS						71.704
IN 272	0000 0001 0040	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NO DISTRITO FEDERAL	S	1-PES	00	0	002	71.704

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 71.704

TOTAL - GERAL 71.704

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26201 - FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

NEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVA/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
-------	----------	------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 3.258

IN	OUT	OPÇÕES ESPECIAIS	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
IN 272	0000 0002	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						3.258
IN 272	0000 0002 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO DISTRITO FEDERAL	S	1-PES	00	0	002	3.258

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 3.258

TOTAL - GERAL 3.258

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26204 - HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

NEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVA/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
-------	----------	------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 HOSPITAIS DE EXISTO 712.479

IN	OUT	ATIVIDADES	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
12 002	0000 0000	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO						712.479
12 002	0000 0000 0000	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	1-PES	00	0	002	712.479

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 712.479

TOTAL - GERAL 712.479

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26001 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

NEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/NOVA/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
-------	----------	------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0041 DESEMPENHAMENTO DO EXISTO DE GRADUAÇÃO 760.525

IN	OUT	ATIVIDADES	E S F	G N D	N O D	I N D	F U T	VALOR
12 004	0041 0000	PAGAMENTO DE CARGOS DE GRADUAÇÃO						760.525
12 004	0041 0000 0000	PAGAMENTO DE CARGOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DA BAHIA	F	1-PES	00	0	002	760.525

TOTAL - FISCAL 760.525

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 760.525

ORGÃO : 26080 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26083 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALBERTO - RS

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I B E R T A D E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							171.478
		ATIVIDADES					
12.383	0044.1982	PROMOVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					171.478
12.383	0044.1982.0061	PROMOVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	1-PES	90	0	192
0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							1.077
		OPERACOES ESPECIAIS					
08.272	0080.0182	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					1.077
08.272	0080.0182.0186	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	1-PES	90	0	192
TOTAL - FISCAL							171.478
TOTAL - SEGURIDADE							1.077
TOTAL - GERAL							172.555

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS - TO

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I B E R T A D E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							23.711
		ATIVIDADES					
12.383	0044.1982	PROMOVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					23.711
12.383	0044.1982.0101	PROMOVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE TOCANTINS	F	1-PES	90	0	192
0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							1.328
		OPERACOES ESPECIAIS					
08.272	0080.0182	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					1.328
08.272	0080.0182.0381	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	1-PES	90	0	192
TOTAL - FISCAL							23.711
TOTAL - SEGURIDADE							1.328
TOTAL - GERAL							25.039

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26305 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE DANDUÍ - MG

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I B E R T A D E	VALOR
0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							21.055
		OPERACOES ESPECIAIS					
08.272	0080.0182	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					21.055
08.272	0080.0182.0225	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	90	0	192
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							21.055
TOTAL - GERAL							21.055

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARROIS - PE

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L I B E R T A D E	VALOR
0080 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							08.303
		OPERACOES ESPECIAIS					
08.272	0080.0182	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					08.303
08.272	0080.0182.0145	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	1-PES	90	0	192
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							08.303
TOTAL - GERAL							08.303

PAC.		PRESUNTA	PENALIDADES/INSTITUIÇÃO	E S F	G N D	N D D	I N D	F T E	VALOR
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 90.201									
			OPCOES ESPECIAIS						
00 222	0000 0102		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						90.201
00 272	0000 0402 0103		PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						90.201
				S	1-05	00	0	002	90.201
TOTAL - FICHA									0
TOTAL - SEGURANCA									90.201
TOTAL - GENL									90.201

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26314 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE CONCOMBIA - SC

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 2.485

ORÇ	ACAO	OPERACOES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					2.485
00 272	0000 0102 0179	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	1-PES	NO	O 102	2.485

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 2.485

TOTAL - GERAL 2.485

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26316 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE COLINA - MT

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 114.296

ORÇ	ACAO	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
12 105	0044 0002	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					114.296
12 105	0044 0002 0179	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	1-PES	NO	O 102	114.296

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 13.943

ORÇ	ACAO	OPERACOES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					13.943
00 272	0000 0102 0071	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	1-PES	NO	O 102	13.943

TOTAL - FISCAL 114.296

TOTAL - SEGURIDADE 13.943

TOTAL - GERAL 128.239

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26318 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES - MG

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 84.176

ORÇ	ACAO	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
12 105	0044 0002	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					84.176
12 105	0044 0002 0035	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	1-PES	NO	O 102	84.176

TOTAL - FISCAL 84.176

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 84.176

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26319 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE JAMARIÁ - MG

MEIO 1 CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 73.939

ORÇ	ACAO	ATIVIDADES	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
12 105	0044 0002	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					73.939
12 105	0044 0002 0073	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	1-PES	NO	O 102	73.939

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 12.003

ORÇ	ACAO	OPERACOES ESPECIAIS	E S F	G N D	M O D	I T E	VALOR
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					12.003
00 272	0000 0102 0177	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	NO	O 102	12.003

TOTAL - FISCAL 73.939

TOTAL - SEGURIDADE 12.003

TOTAL - GERAL 85.942

ORÇÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20320 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE MACAEN - RJ

ORÇÃO		CREDITO SUPLENTE	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUN.	PREVISTA	PREVISTA/OUTRO/PRODUTO	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		534.477
12 303	0044 2002	ATIVIDADES	534.477
12 303	0044 2002 0005	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	534.477
12 303	0044 2002 0005	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RIO DE JANEIRO	534.477
0000	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAM		190.920
00 272	0000 0101	OPERAÇÕES ESPECIAIS	170.202
00 272	0000 0101 0217	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	170.202
00 272	0000 0101 0217	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RIO DE JANEIRO	170.202
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	20.000
00 272	0000 0102 0101	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE RIO DE JANEIRO	20.000
TOTAL - FISCAL			534.477
TOTAL - SEPARADO			190.920
TOTAL - GERAL			725.397

ORÇÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20321 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE MACAEN - RJ

ORÇÃO		CREDITO SUPLENTE	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUN.	PREVISTA	PREVISTA/OUTRO/PRODUTO	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		110.307
12 303	0044 2002	ATIVIDADES	110.307
12 303	0044 2002 0125	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	110.307
12 303	0044 2002 0125	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	110.307
TOTAL - FISCAL			110.307
TOTAL - SEPARADO			0
TOTAL - GERAL			110.307

ORÇÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20322 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE MACAEN - RJ

ORÇÃO		CREDITO SUPLENTE	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUN.	PREVISTA	PREVISTA/OUTRO/PRODUTO	VALOR
0044	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		313.520
12 303	0044 2002	ATIVIDADES	313.520
12 303	0044 2002 0125	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	313.520
12 303	0044 2002 0125	FUNCIIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RIO DE JANEIRO	313.520
TOTAL - FISCAL			313.520
TOTAL - SEPARADO			0
TOTAL - GERAL			313.520

ORÇÃO : 20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 20323 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLIA

ORÇÃO		CREDITO SUPLENTE	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUN.	PREVISTA	PREVISTA/OUTRO/PRODUTO	VALOR
0000	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAM		3.870
00 272	0000 0101	OPERAÇÕES ESPECIAIS	3.870
00 272	0000 0101 0217	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	3.870
00 272	0000 0101 0217	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3.870
TOTAL - FISCAL			3.870
TOTAL - SEPARADO			0
TOTAL - GERAL			3.870

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO - SE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T	VALOR
-------	-------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 61.178

ATIVIDADES								
12 383	0044 2982	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL						61.178
12 383	0044 2982 0163	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SERGIPE	F	1-PES	SO	G	ISE	61.178

0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 24.500

OPCOES ESPECIAIS								
08 272	0089 0182	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS						24.500
08 272	0089 0182 0211	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	1-PES	SC	G	ISE	24.500

TOTAL - FISCAL 61.178

TOTAL - SEGURIDADE 24.500

TOTAL - GERAL 85.678

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T	VALOR
-------	-------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 11.316

OPCOES ESPECIAIS								
08 272	0089 0182	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS						11.316
08 272	0089 0182 0201	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	1-PES	SC	G	ISE	11.316

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 11.316

TOTAL - GERAL 11.316

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO LUIS - MA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T	VALOR
-------	-------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 133.014

ATIVIDADES								
12 383	0044 2982	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL						133.014
12 383	0044 2982 0077	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MARANHÃO	F	1-PES	SC	G	ISE	133.014

0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 27.126

OPCOES ESPECIAIS								
08 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS A SERVIDORES CIVIS						23.246
08 272	0089 0181 0051	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	1-PES	SC	G	ISE	23.246
08 272	0089 0182	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS						3.880
08 272	0089 0182 0217	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	1-PES	SC	G	ISE	3.880

TOTAL - FISCAL 133.014

TOTAL - SEGURIDADE 27.126

TOTAL - GERAL 160.140

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26331 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO VICENTE DO SUL - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I D E	F U T	VALOR
-------	-------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 84.162

ATIVIDADES								
12 383	0044 2982	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL						84.162
12 383	0044 2982 0085	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	1-PES	SC	G	ISE	84.162

0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 41.726

OPCOES ESPECIAIS								
08 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS A SERVIDORES CIVIS						41.726
08 272	0089 0181 0175	PAGAMENTO DE APENSOAMENTOS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	1-PES	SC	G	ISE	41.726

TOTAL - FISCAL 84.162

TOTAL - SEGURIDADE 41.726

TOTAL - GERAL 125.888

ORGÃO : 28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 28033 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

MEND I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FAC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBSTITUO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T E	VALOR
0000		PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					127.494
		PREVIDENCIAS ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS					127.494
00 272	0000 0102 0150	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	1-PES	90	0 102	127.494
		TOTAL - FISCAL					0
		TOTAL - SEGURIDADE					127.494
		TOTAL - GERAL					127.494

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26033 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTÃO - RS

MEND I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FAC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBSTITUO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T E	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					14.275
		ATIVIDADES					
12 263	0044 2002	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					14.275
12 263	0044 2002 0101	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADU DO RIO GRANDE DO SUL	F	1-PES	90	0 102	14.275
		TOTAL - FISCAL					14.275
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					14.275

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26034 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA - PI

MEND I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FAC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBSTITUO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T E	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					48.785
		ATIVIDADES					
12 263	0044 2002	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					48.785
12 263	0044 2002 0101	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADU DA PARAIBA	F	1-PES	90	0 102	48.785
		TOTAL - FISCAL					48.785
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					48.785

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26038 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE OBERABA - MG

MEND I		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FAC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/NOVO/SUBSTITUO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N T E	VALOR
0044		DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					28.084
		ATIVIDADES					
12 263	0044 2002	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL					28.084
12 263	0044 2002 0101	FUNCIIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADU DE MINAS GERAIS	F	1-PES	90	0 102	28.084
		TOTAL - FISCAL					28.084
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					28.084

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26336 - ESCOLA AGROTECÍNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MG

MEIO 1		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	L U T	F T E
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							2.342
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE FÓRQUES - SERVIDORES CÍVIS					2.342
00 272	0000 0102 0077	PAGAMENTO DE FÓRQUES - SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					2.342
			S	1-PES	00	0	102
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							2.342
TOTAL - GERAL							2.342

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26337 - ESCOLA AGROTECÍNICA FEDERAL DE UBATUBA - GO

MEIO 1		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	L U T	F T E
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							0.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS					0.000
00 272	0000 0101 0301	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE GOIÁS					0.000
			S	1-PES	00	0	102
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							0.000
TOTAL - GERAL							0.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26338 - ESCOLA AGROTECÍNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE

MEIO 1		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	L U T	F T E
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							0.000
		ATIVIDADES					
12 300	0044 2001	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					0.000
12 300	0044 2001 0205	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO					0.000
			F	1-PES	00	0	102
0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO							55.537
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS					55.537
00 272	0000 0101 0205	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO					55.537
			S	1-PES	00	0	102
TOTAL - FISCAL							0.000
TOTAL - SEGURIDADE							55.537
TOTAL - GERAL							55.537

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26339 - ESCOLA AGROTECÍNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM

MEIO 1		CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M D D	L U T	F T E
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							100.000
		ATIVIDADES					
12 300	0044 2001	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					100.000
12 300	0044 2001 0301	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAPÁ					100.000
			F	1-PES	00	0	102
TOTAL - FISCAL							100.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							100.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOBRADO - SC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	F U T	E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 66.482

		ATIVIDADES							
12.363	0044.2602	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							66.482
12.363	0044.2602.0121	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							66.482
			F	1-PES	00	0	102		66.482

TOTAL - FISCAL 66.482

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 66.482

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	F U T	E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 33.044

		ATIVIDADES							
12.363	0044.2602	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							33.044
12.363	0044.2602.0105	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							33.044
			F	1-PES	00	0	102		33.044

TOTAL - FISCAL 33.044

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 33.044

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLORADO DO OESTE - RS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	F U T	E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 212.807

		ATIVIDADES							
12.363	0044.2602	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							212.807
12.363	0044.2602.0105	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE RIOGRAN DO SUL							212.807
			F	1-PES	00	0	102		212.807

TOTAL - FISCAL 212.807

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 212.807

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CUIABÁ - MT

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	F U T	E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	---	-------

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL 87.448

		ATIVIDADES							
12.363	0044.2602	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							87.448
12.363	0044.2602.0106	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO							87.448
			F	1-PES	00	0	102		87.448

TOTAL - FISCAL 87.448

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 87.448

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26044 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREVISTA	PROGRAMA/ACÓRDÃO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------	--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESEMPOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 210.493

12 303	0044 2002	ATIVIDADES	F	1-PES	30	0	102	
		FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
12 303	0044 2002 0103	FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA	F	1-PES	30	0	102	210.493

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.000

06 272	0000 0102	OPORÇÕES ESPECIAIS	S	1-PES	30	0	102	
		PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS						
06 272	0000 0102 0103	PAGAMENTO DE PENCIOS - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA	S	1-PES	30	0	102	1.000

TOTAL - FISCAL 210.493

TOTAL - SEGURIDADE 1.000

TOTAL - GERAL 211.493

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26045 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREVISTA	PROGRAMA/ACÓRDÃO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------	--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESEMPOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 128.320

12 303	0044 2002	ATIVIDADES	F	1-PES	30	0	102	
		FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
12 303	0044 2002 0110	FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	1-PES	30	0	102	128.320

TOTAL - FISCAL 128.320

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 128.320

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26346 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DE SANTA TRES - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREVISTA	PROGRAMA/ACÓRDÃO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------	--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESEMPOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 140.185

12 303	0044 2002	ATIVIDADES	F	1-PES	30	0	102	
		FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
12 303	0044 2002 0033	FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA	F	1-PES	30	0	102	140.185

TOTAL - FISCAL 140.185

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 140.185

ÓRGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26047 - ESCOLA AGROTECÔNICA FEDERAL DO SENHOR DO BONFIM - BA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PREVISTA	PROGRAMA/ACÓRDÃO/PROJETO	E S F	G N D	N O D	I N T	F U T	VALOR
-------	----------	--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0044 DESEMPOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 132.330

12 303	0044 2002	ATIVIDADES	F	1-PES	30	0	102	
		FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
12 303	0044 2002 0100	FUNCIÓNAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA	F	1-PES	30	0	102	132.330

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 910

06 272	0000 0101	OPORÇÕES ESPECIAIS	S	1-PES	30	0	102	
		PAGAMENTO DE APOROSBOLHAS A SERVIDORES CIVIS						
06 272	0000 0101 0000	PAGAMENTO DE APOROSBOLHAS A SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA	S	1-PES	30	0	102	910

TOTAL - FISCAL 132.330

TOTAL - SEGURIDADE 910

TOTAL - GERAL 133.240

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBPROG/PROJETO	E S F	G N D	M D D	I U D	F T E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 27.780.828

		OPERACOES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS						27.780.828
00 272	0000 0101 0005	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL INDEVIDICIDADE BENEFICIARIO (UNIDADE) 150	S	1-PES	90	0	102	27.780.828

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 27.780.828

TOTAL - GERAL 27.780.828

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30108 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBPROG/PROJETO	E S F	G N D	M D D	I U D	F T E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 120.582.474

		OPERACOES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS						40.000.070
00 272	0000 0101 0005	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL INDEVIDICIDADE BENEFICIARIO (UNIDADE) 14	S	1-PES	90	0	102	40.000.070
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PESSOAS - SERVIDORES CIVIS						61.472.700
00 272	0000 0102 0025	PAGAMENTO DE PESSOAS - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PENSIONISTA BENEFICIARIO (UNIDADE) 10	S	1-PES	90	0	102	61.472.700

0760 AMPARO ADMINISTRATIVO 30.447.131

		ATIVIDADES						VALOR
00 122	0760 3025	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS						30.447.131
00 122	0760 3025 0001	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - PESSOA REEMBOLSO (UNIDADE) 14	F	1-PES	90	0	102	30.447.131

TOTAL - FISCAL 30.447.131

TOTAL - SEGURIDADE 120.582.474

TOTAL - GERAL 151.029.605

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30201 - FUNCAO NACIONAL DO INDI

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBPROG/PROJETO	E S F	G N D	M D D	I U D	F T E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 853.770

		OPERACOES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS						427.140
00 272	0000 0101 0057	PAGAMENTO DE INDEVIDICIDADES A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL INDEVIDICIDADE BENEFICIARIO (UNIDADE) 32	S	1-PES	90	0	102	427.140
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PESSOAS - SERVIDORES CIVIS						426.631
00 272	0000 0102 0027	PAGAMENTO DE PESSOAS - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL PENSIONISTA BENEFICIARIO (UNIDADE) 20	S	1-PES	90	0	102	426.631

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 853.770

TOTAL - GERAL 853.770

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DESPESA ECONOMICA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBPROG/PROJETO	E S F	G N D	M D D	I U D	F T E	VALOR
-------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0760 AMPARO ADMINISTRATIVO 400.454

		ATIVIDADES						VALOR
14 122	0760 3025	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS						400.454
14 122	0760 3025 0070	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0	102	400.454

TOTAL - FISCAL 400.454

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 400.454

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32286 - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PREVENIENTE	PROGRAMA/COD/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M C D	I C U	F T E	VALOR			
0760 APOIO ADMINISTRATIVO								2.060.000			
		ATIVIDADES									
25 122	0760 0025	RENDIMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS MICAIS						1.000.000			
25 122	0760 0025 0125	RENDIMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E BOMBEIROS MICAIS - NACIONAL	F	1-PES	00	0	100	2.000.000			
TOTAL - FISCAL								2.000.000			
TOTAL - SEGURIDADE								0			
TOTAL - GERAL								2.000.000			

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 30101 - MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PREVENIENTE	PROGRAMA/COD/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M C D	I C U	F T E	VALOR			
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								2.400.000			
		OPCOES ESPECIAIS									
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS						1.000.000			
00 272	0000 0101 0100	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	100	1.000.000			
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						1.400.000			
00 272	0000 0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	100	1.400.000			
TOTAL - FISCAL								0			
TOTAL - SEGURIDADE								2.400.000			
TOTAL - GERAL								2.400.000			

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 30201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PREVENIENTE	PROGRAMA/COD/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M C D	I C U	F T E	VALOR			
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								57.574.131			
		OPCOES ESPECIAIS									
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						57.574.131			
00 272	0000 0102 0075	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	100	57.574.131			
TOTAL - FISCAL								0			
TOTAL - SEGURIDADE								57.574.131			
TOTAL - GERAL								57.574.131			

ÓRGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 30201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PREVENIENTE	PROGRAMA/COD/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M C D	I C U	F T E	VALOR			
0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO								243.020			
		OPCOES ESPECIAIS									
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						243.020			
00 272	0000 0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	00	0	100	243.020			
TOTAL - FISCAL								0			
TOTAL - SEGURIDADE								243.020			
TOTAL - GERAL								243.020			

ORÇAO : 38000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 38211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 13.494.858

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS						3.468.034
00 272	0000 0101 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	3.468.034
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						1.838.432
00 272	0000 0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	1.838.432

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 13.494.858

TOTAL - GERAL 13.494.858

ORÇAO : 38000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 38212 - AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0700 APOIO ADMINISTRATIVO 3.804.550

		ATIVIDADES						VALOR
10 122	0700 0020	RELAZAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EMPREGOS SOCIAIS						3.804.550
10 122	0700 0020 0025	RELAZAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EMPREGOS SOCIAIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	3.804.550

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 3.804.550

TOTAL - GERAL 3.804.550

ORÇAO : 38000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 38001 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 37.387.408

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS						31.187.274
00 272	0000 0101 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	31.187.274
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						6.199.132
00 272	0000 0102 0000	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	6.199.132

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 37.387.408

TOTAL - GERAL 37.387.408

ORÇAO : 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

MEIO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I D E	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 98.828.344

		OPÇÕES ESPECIAIS						VALOR
00 272	0000 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS						98.814.407
00 272	0000 0101 0107	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	98.814.407
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS						11.824.937
00 272	0000 0102 0100	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	11.824.937

0700 APOIO ADMINISTRATIVO 100.046.053

		ATIVIDADES						VALOR
11 122	0700 0020	RELAZAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EMPREGOS SOCIAIS						100.046.053
11 122	0700 0020 0107	RELAZAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EMPREGOS SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0	102	100.046.053

TOTAL - FISCAL 100.046.053

TOTAL - SEGURIDADE 98.828.344

TOTAL - GERAL 198.874.397

ORGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41201 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PRECATORIA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D O	I N V	F U T E	VALOR
-------	------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0750 APOIO ADMINISTRATIVO 33.500.000

		ATIVIDADES						
34 122	0750 3025	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EXONERACAO SOCIALIS					33.500.000	
34 122	0750 3025 0085	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EXONERACAO SOCIALIS - INICIAL					33.500.000	
		PESSOA REEMBOLSO (ANEXO) 040	F	1-PES	05	0	102	33.500.000

TOTAL - FISCAL 33.500.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 33.500.000

ORGÃO : 43000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 43101 - MINISTÉRIO DA CULTURA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PRECATORIA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D O	I N V	F U T E	VALOR
-------	------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 20.500

FUNÇ.	PRECATORIA	OPERACOES ESPECIAIS		E S F	G N D	M D O	I N V	F U T E	VALOR
00 272	0000 0402	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS							20.500
00 272	0000 0402 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - INICIAL		S	1-PES	05	0	102	20.500

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 20.500

TOTAL - GERAL 20.500

ORGÃO : 43000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 43201 - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PRECATORIA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D O	I N V	F U T E	VALOR
-------	------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 5.587

		OPERACOES ESPECIAIS							
00 272	0000 0402	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							5.587
00 272	0000 0402 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - INICIAL DE JANEIRO		S	1-PES	05	0	102	5.587

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 5.587

TOTAL - GERAL 5.587

ORGÃO : 43000 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 43202 - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PRECATORIA	PROGRAMA/NOVO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D O	I N V	F U T E	VALOR
-------	------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------------	-------

0000 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 102.171

FUNÇ.	PRECATORIA	OPERACOES ESPECIAIS		E	S	F	G	N	D	M	D	O	I	N	V	F	U	T	E	VALOR
00 272	0000 0402	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS																		102.171
00 272	0000 0402 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS - RSD DE JANEIRO		S	1-PES	05	0	102												102.171

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 102.171

TOTAL - GERAL 102.171

ORGÃO : 62000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 62111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNÓSTICA	PROGRAMA/PROJETO/PROPOSTA	E S F	B N D	U D	I N T	F T	VALOR
-------	-------------	---------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 120.842.216

		OPÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0170	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS						76.304.100
00 272	0000 0170 0001	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	76.304.100
00 272	0000 0180	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS						46.340.017
00 272	0000 0180 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	46.340.017

0700 AMPLO ADMINISTRATIVO 17.000.000

		ATIVIDADES						
06 122	0700 0020	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS						17.000.000
06 122	0700 0020 0001	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0	100	17.000.000

TOTAL - FISCAL 17.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 120.842.216

TOTAL - GERAL 137.842.216

ORGÃO : 62000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 62121 - COMANDO DO EXERCITO

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNÓSTICA	PROGRAMA/PROJETO/PROPOSTA	E S F	B N D	U D	I N T	F T	VALOR
-------	-------------	---------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 1.007.007

		OPÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0180	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						1.007.007
00 272	0000 0180 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	1.007.007

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 1.007.007

TOTAL - GERAL 1.007.007

ORGÃO : 62000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 62131 - COMANDO DA MARINHA

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNÓSTICA	PROGRAMA/PROJETO/PROPOSTA	E S F	B N D	U D	I N T	F T	VALOR
-------	-------------	---------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------

0000 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 25.070.468

		OPÇÕES ESPECIAIS						
00 272	0000 0170	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS						10.120.042
00 272	0000 0170 0001	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	10.120.042
00 272	0000 0180	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS						300.000
00 272	0000 0180 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	300.000
00 272	0000 0191	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES A SERVIDORES CIVIS						0.228.025
00 272	0000 0191 0117	PAGAMENTO DE APENSOACIÓES A SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	100	0.228.025

0700 AMPLO ADMINISTRATIVO 7.000.458

		ATIVIDADES						
06 122	0700 0020	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS						7.000.458
06 122	0700 0020 0001	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0	100	7.000.458

TOTAL - FISCAL 7.000.458

TOTAL - SEGURIDADE 25.070.468

TOTAL - GERAL 32.070.926

ORGÃO : 62000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 62222 - FUNDACAO OSORIO

MEIO I CREDITO SUPLENTE
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNÓSTICA	PROGRAMA/PROJETO/PROPOSTA	E S F	B N D	U D	I N T	F T	VALOR
-------	-------------	---------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------

0700 AMPLO ADMINISTRATIVO 134.432

		ATIVIDADES						
06 122	0700 0020	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS						134.432
06 122	0700 0020 0001	REEMBOLSO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E DICHOES SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0	100	134.432

TOTAL - FISCAL 134.432

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 134.432

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I			DEBITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CAQ/SUBTÍTULO/PRODOTO	E S S E	G N D	M O D	I U E	F I E	VALOR
0760 ADMINISTRATIVO			1.033,100					
		ATIVIDADES						
04 122	0760 000	REMEMERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS INICIAIS						1.033,100
04 122	0760 225 005	REMEMERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS - INICIAL						1.033,100
			F	1-PES	90	D	192	1.033,100
TOTAL - FISCAL			1.033,100					
TOTAL - SUPLEMENTAR			0					
TOTAL - GERAL			1.033,100					

ORGÃO : 63000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 63202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

MEIO 1		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PRESENCIATICA	PROGRAMA/COA/SUBTITULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T	F E	VALOR	
0000 PRESTENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO 150.115									
00 272	0000 0102	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS						100.116	
00 272	0000 0102 05A1	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIÇOS CÍVIS - NACIONAL	S	1-PES	90	0	102	150.115 150.115	
TOTAL - FISCAL 0									
TOTAL - SEGURIDADE 150.115									
TOTAL - GERAL 150.115									

ORÇÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

[illegible]

ATIVIDADES								
04 122	0750 2007	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE ENTIDADES ESTADUAIS E TERRITORIAIS						21.907.542
04 122	0750 2007 0005	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE ENTIDADES ESTADUAIS E TERRITORIAIS - ENTIDADE TERRITORIAL DO AMPA	F	1-PES	80	0	192	16.807.334
04 122	0750 2007 0007	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE ENTIDADES ESTADUAIS E TERRITORIAIS - ENTIDADE TERRITORIAL DO ROMBA	F	1-PES	80	0	192	2.176.470
04 122	0750 2007 0008	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DE ENTIDADES ESTADUAIS E TERRITORIAIS - ENTIDADE TERRITORIAL DE RENDOMA	F	1-PES	80	0	192	3.054.738
			F	1-PES	80	0	192	3.054.738
TOTAL - FISCAL								21.907.542
TOTAL - SEGURIDADE								8.348.835
TOTAL - ESUM								28.046.377

		OPÇÕES ESPECIAIS						
28.040	0001.0006	COMPROMISSO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS						144.429
28.040	0001.0005.0015	COMPROMISSO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL	F	8-000	00	0	100	144.429
TOTAL - FISCAL								144.429
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - ESUM								144.429

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

NEXO II		DEBITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0760 APOIO ADMINISTRATIVO							10.000
		ATIVIDADES					
08 102	0760 0005	REMEMORACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EXCERDOS SOCIAIS					10.000
08 102	0760 0005 0119	REMEMORACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E EXCERDOS SOCIAIS - NACIONAL	F	1-PES	90	0 100	10.000
TOTAL - FISCAL							10.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							10.000

ORGÃO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

NEXO II		DEBITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0062 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR							1.000.000
		ATIVIDADES					
20 005	0062 0106	ABASTECIMENTO DE PRODUTOS DE ALIMENTACAO BASICA					1.000.000
20 005	0062 0106 0001	ABASTECIMENTO DE PRODUTOS DE ALIMENTACAO BASICA - NACIONAL	F	5-PEI	90	0 250	1.000.000
TOTAL - FISCAL							1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							1.000.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 26213 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DA PARANÁ

NEXO II		DEBITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0001 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS							1.001.321
		OPERACOES ESPECIAIS					
20 046	0001 0008	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E FUNDACOES PUBLICAS					1.001.321
20 046	0001 0008 0105	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL	F	3-CC	90	0 100	1.001.321
TOTAL - FISCAL							1.001.321
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							1.001.321

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 28246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NEXO II		DEBITO SUPLENTE					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
PAC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACQ/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0001 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS							600.303
		OPERACOES ESPECIAIS					
20 046	0001 0008	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E FUNDACOES PUBLICAS					600.303
20 046	0001 0008 0119	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTOMÁTICAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL	F	3-CC	90	0 100	600.303
TOTAL - FISCAL							600.303
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							600.303

ORÇAO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE : 26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS 2.913.236									
26 040	0001 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSFERIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEPENDA PELA UNIDADE, AUTOMÁTICAS E FUNÇÕES PÚBLICAS							2.913.236
26 040	0001 0005 0125	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSFERIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEPENDA PELA UNIDADE, AUTOMÁTICAS E FUNÇÕES PÚBLICAS - INICIAL	F	3-000	00	0	00		2.913.236
TOTAL - FISCAL 2.913.236									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 2.913.236									

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE Minas E ENERGIA
UNIDADE : 32200 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
0000 2.000.000									
26 040	0000 0000	RESERVA DE RECURSOS NOS TERMOS DO ART. 166, § 8, DA CONSTITUICAO FEDERAL							2.000.000
26 040	0000 0000 0002	RESERVA DE RECURSOS NOS TERMOS DO ART. 166, § 8, DA CONSTITUICAO FEDERAL - RECURSOS PARA POSTERIOR ALOCACAO POR INTERMEDIO DE CREDITOS ESPECIAIS OU SUPLEMENTARES	F	5-101	00	0	00		2.000.000
TOTAL - FISCAL 2.000.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 2.000.000									

ORÇAO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33101 - MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
0700 APÓS ADMINISTRATIVO 2.400.000									
08 122	0700 0000	ATIVIDADES							
08 122	0700 0000 0101	RETRIBUICAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIDADE E INCLUSIVE SOCIAL							2.400.000
08 122	0700 0000 0101	RETRIBUICAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIDADE E INCLUSIVE SOCIAL - NACIONAL	F	1-001	00	0	00		2.400.000
TOTAL - FISCAL 2									
TOTAL - SEGURIDADE 2.400.000									
TOTAL - GERAL 2.400.000									

ORÇAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41201 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
0000 8.000.000									
26 040	0000 0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 040	0000 0000 0004	RESERVA DE RECURSOS NOS TERMOS DO ART. 166, § 8, DA CONSTITUICAO FEDERAL							8.000.000
26 040	0000 0000 0004	RESERVA DE RECURSOS NOS TERMOS DO ART. 166, § 8, DA CONSTITUICAO FEDERAL - RESERVA PARA POSTERIOR ALOCACAO POR INTERMEDIO DE CREDITOS ESPECIAIS OU SUPLEMENTARES	F	5-101	00	0	00		8.000.000
0200 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES 8.000.000									

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
26 122	0200 0402	CERTIFICACAO DE PRESTADORES DE COMUNICACAO							300.000
26 122	0200 0402 0001	CERTIFICACAO DE PRESTADORES DE COMUNICACAO - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		300.000
26 122	0200 0402	REGULACAO DE PRESTADORES DE COMUNICACAO							300.000
26 122	0200 0402 0001	REGULACAO DE PRESTADORES DE COMUNICACAO - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		300.000
26 122	0200 0404	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES							1.000.000
26 122	0200 0404 0001	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		1.000.000
26 122	0200 0406	REGULACAO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS							300.000
26 122	0200 0406 0001	REGULACAO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		300.000

0001 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES 2.000.000

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
26 122	0001 0410	REGULACAO DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES							2.000.000
26 122	0001 0410 0001	REGULACAO DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		2.000.000

0203 SERVIÇOS DE COMUNICACAO DE MASSA 2.000.000

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
26 122	0203 0400	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE COMUNICACAO ELETRONICA DE MASSA							2.000.000
26 122	0203 0400 0004	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE COMUNICACAO ELETRONICA DE MASSA - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		2.000.000
26 122	0203 0401	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE COMUNICACAO ELETRONICA DE MASSA							300.000
26 122	0203 0401 0001	REGULACAO DOS SERVIÇOS DE COMUNICACAO ELETRONICA DE MASSA - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		300.000

0204 TELEFONIA FIXA 1.000.000

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/CO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I N D	U B	F I T E	VALOR
26 122	0204 0410	REGULACAO, AUTOMACAO E FOMENTO DE SERVIÇOS TELEFONICOS FIXOS							1.000.000
26 122	0204 0410 0001	REGULACAO, AUTOMACAO E FOMENTO DE SERVIÇOS TELEFONICOS FIXOS - NACIONAL	F	3-000	00	0	00		1.000.000

ORÇAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41201 - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

Art 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que

NOME II		CRÉDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACR/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D D	V L O R
24 122	0254 2417	CONTROLE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COLETIVO	F	3-000	90	0 150
24 122	0254 2417 0001	CONTROLE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COLETIVO - NACIONAL	F	3-000	90	0 150
0700 APOIO ADMINISTRATIVO						10.290.000

NOME II		CRÉDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACR/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D D	V L O R
24 122	0700 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	F	3-000	90	0 150
24 122	0700 0000 0120	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-000	90	0 150
24 122	0700 0000	ACÓES DE INFORMATICA	F	4-000	90	0 150
24 122	0700 0000 0003	ACÓES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	4-000	90	0 150
TOTAL - FISCAL						85.500.000
TOTAL - SEGURIDADE						0
TOTAL - GERAL						85.500.000

ORÇAO : 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE : 47200 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOME II		CRÉDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMA	PROGRAMA/ACR/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G N D	M D D	V L O R
0001 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS						1.157.170
28 040	0001 0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNÇÕES PÚBLICAS	F	3-000	90	0 100
28 040	0001 0000 0257	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNÇÕES PÚBLICAS - NACIONAL	F	3-000	90	0 100
TOTAL - FISCAL						1.157.170
TOTAL - SEGURIDADE						0
TOTAL - GERAL						1.157.170

o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta lei.

§ 9º (VETADO).

LEI Nº 9.650, DE 27 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Art 14. São mantidas as cotas patronais relativas a complementações previdenciárias devidas aos empregados do Banco Central do Brasil que se aposentaram sob o Regime Geral de Previdência Social até 31 de dezembro de 1990, bem como todas as responsabilidades do Banco Central do Brasil em relação a esses empregados, inerentes à condição de patrocinador da Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS.

§ 1º O Banco Central do Brasil permanece como responsável pela indicação dos administradores e membros do Conselho de Curadores da Centrus, nas proporções previstas no respectivo estatuto, podendo, a qualquer tempo, substituir os administradores e conselheiros que indicar.

§ 2º Observado o disposto no **caput**, o Banco Central do Brasil poderá exercer patrocínio não-contributivo à Centrus, relativamente aos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 1990.

§ 3º A fração patrimonial da Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS, correspondente às "reservas de benefícios a conceder" relativas aos participantes incluídos no Regime Jurídico Único, no volume global das reservas, será dividida na razão do custeio de sua formação até 6 de setembro de 1996, por parte do patrocinador e de cada participante, observado o seguinte:

I – da parcela da fração patrimonial decorrente das contribuições do patrocinador serão deduzidos e devolvidos ao Banco Central do Brasil, por ocasião do acerto de contas previsto no art. 21 desta lei, os valores relativos às contribuições realizadas desde 1º de janeiro de 1991, incluída a rentabilidade patrimonial correspondente;

II – da parcela da fração patrimonial decorrente das contribuições dos participantes, nominalmente identificadas, serão deduzidos e devolvidos aos respectivos titulares, por ocasião do acerto de contas previsto no art. 21 desta lei, os valores relativos às contribui-

ções individuais realizadas desde 1º de janeiro de 1991, incluída a rentabilidade patrimonial correspondente;

III – a parcela remanescente da fração patrimonial decorrente das contribuições do patrocinador será administrada pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS, para custeio de aposentadorias e pensões concedidas com base na Lei nº 8.112, de 1990, na forma em que vier a dispor o regulamento;

IV – a parcela remanescente da fração patrimonial decorrente das contribuições dos participantes será liberada aos respectivos titulares a partir da edição do regulamento a que se refere o art. 21 desta lei, em até doze parcelas mensais consecutivas, de acordo com as disponibilidades financeiras da instituição, ou, a critério dos servidores, mantida, total ou parcialmente, sob administração da Centrus, com a finalidade de obtenção de benefícios no sistema de contribuição definida, a serem estabelecidos por essa entidade de previdência privada, com base exclusivamente em contribuições dos participantes.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores do Banco Central do Brasil exonerados, demitidos, e, no que couber, sucessores dos servidores falecidos após 31 de dezembro de 1990.

§ 5º Na forma que dispuser convênio específico a ser celebrado entre o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, serão centralizadas na Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS as devoluções e complementações de responsabilidade direta ou indireta da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, e do Banco Central do Brasil e Banco do Brasil S.A., enquanto seus patrocinadores, relativas aos participantes optantes pelo quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, na forma da Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964.

§ 6º O convênio de que trata o parágrafo anterior disporá sobre a destinação dos recursos garantidores das reservas matemáticas necessárias ao custeio dos compromissos nele previstos.

§ 7º Aos recursos que forem repassados à Centrus, em razão do convênio a que se referem os §§ 5º e 6º, aplica-se o disposto no § 3º.

§ 8º O funcionários da Centrus participantes de seu plano de benefícios, poderão optar pelo sistema de contribuição definida a ser estabelecido nos termos deste artigo, assegurada a transferência para o

novo plano das reservas de cada funcionário, representadas pela soma das contribuições vertidas pelo participante e pela Centrus e o ganho de capital auferido na aplicação daquelas contribuições.

.....
**DECRETO Nº 2.842,
DE 13 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Regulamenta o art. 14, § 3º inciso III,
da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.**

.....
LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

**Estima a Receita e fixa a Despesa
da União para o exercício financeiro de
2000.**

.....
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Fi-
nanceiro para elaboração e controle dos
orçamentos e balanços da União, dos
Estados, dos Municípios e do Distrito Fe-
deral.**

.....
Art. 43 A Abertura dos Créditos Suplementares e Especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de cotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação pre-

vista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 793, de 2000-CN

(Nº 1.238/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$1.232.728.000,00, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 8 de setembro de 2000. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 216/MP

Brasília, 5 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda solicita, por intermédio do Ofício nº 059/COGEF/SPOA/SE/MF, de 18 julho de 2000, a abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.232.728.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. A suplementação proposta destina-se a efetivar o valor das transferências amparadas pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que estabelece a transferência a título de compensação das perdas da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nos produtos destinados à exportação, bem como a promover a sua adequação aos novos parâmetros introduzidos pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000. Os referidos parâmetros determinam que, no exercício financeiro de 2000, a União entregará aos Estados e aos seus Municípios o valor de R\$3.864.000.000,00 (três bilhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões de reais), distribuídos conforme os coeficientes de participação previstos no sub-

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 72000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 72101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

UNGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNGADE : 73100 - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SEM SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR					RESUMO DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
FUNC.	PREVISTA	PROGRAMA/CODIGO/ATIVIDADE/PROJETO	E S F	O B D	M O D	I M E	VALOR	
0003 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEPENDENTES DE LEG								104.000.000
28 045	0000 0047	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF (CF ART. 211)					104.000.000	
		FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF (CF ART. 212) - NACIONAL	F F	3-000 3-000	30 40	0 0	144 144	104.000.000 100.000.000 04.000.000
TOTAL - FISCAL							104.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							104.000.000	

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2000-CN

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$1.232.728.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI COMPLEMENTAR Nº 87
DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 102
DE 11 DE JULHO DE 2000**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências".

ANEXO

(à Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000)

2.1. no exercício de 2000, proporcional ao coeficiente individual de participação de:

AC	0,09104%	PB	0,287%
AL	0,84022%	PR	10,08256%
AP	0,40648%	PE	1,48585%
AM	1,00788%	PI	0,30165%
BA	3,71666%	RJ	5,86503%
CE	1,62881%	RN	0,36214%
DF	0,80975%	RS	10,04446%
ES	4,26332%	RO	0,24939%
GO	1,33472%	RR	0,3824%
MA	1,6788%	SC	3,59131%
MT	1,94087%	SP	31,1418%
MS	1,23485%	SE	0,25049%
MG	12,90414%	TO	0,07873%
PA	4,36371%	TOTAL	100,00%

LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 10 de janeiro de 1998.

§ 1º O Fundo referido neste artigo será composto por 15% (quinze por cento) dos recursos:

I – da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme dispõe o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal;

II – do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b, da Constituição Federal, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e

III – da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.

§ 2º Inclui-se na base de cálculo do valor a que se refere o inciso I do parágrafo anterior o montante de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

§ 3º Integra os recursos do Fundo a que se refere este artigo a complementação da União, quando for o caso, na forma prevista no art. 6º.

§ 4º A implantação do Fundo poderá ser antecipada em relação à data prevista neste artigo, mediante lei no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal.

§ 5º No exercício de 1997, a União dará prioridade, para concessão de assistência financeira, na forma prevista no art. 211, § 1º, da Constituição Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios nos quais a implantação do Fundo for antecipada na forma prevista no parágrafo anterior.

.....

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os resultantes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de cotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro, conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito à eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada considerando-se ainda a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis provenientes de excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

.....

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 794, DE 2000– CN

(1.239,2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 8 de setembro de 2000.– **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 204 /MP

Brasília, 31 de agosto de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Ministério da Fazenda - MF solicita, por intermédio do Ofício nº 145/SPOA/SE/MF, de 30 de junho de 2000, a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da sua Administração direta.

2. O crédito em apreço visa a permitir o aporte de recursos orçamentários ao Ministério da Fazenda, o que proporcionará o atendimento das despesas com a concessão de empréstimos aos Estados brasileiros e ao Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE, contratados antes da vigência da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Ressalte-se que este programa é financiado, parcialmente, com recursos decorrentes de empréstimo externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

3. O PNAFE tem por objetivo assegurar o fortalecimento e a modernização das administrações fiscais dos Estados e do Distrito Federal, fornecendo meios que viabilizem, de forma definitiva, a assunção da parcela que lhes cabe dos instrumentos necessários à eficácia do sistema fiscal do País, garantindo a racionalidade e a transparência no manejo dos recursos públicos.

4. Destacam-se, a seguir, os objetivos específicos do Programa:

- aperfeiçoar os mecanismos legais, operacionais, administrativos e tecnológicos com que contam os distintos órgãos responsáveis pela administração fiscal dos Estados e do DF;
- aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte, mediante a implantação de novas técnicas em metodologia de arrecadação e fiscalização tributária;
- fortalecer e integrar a administração financeira e consolidar a auditoria e o controle interno dos Estados e do DF; e
- agilizar a cobrança coativa da dívida tributária e fortalecer os processos de integração entre as administrações tributárias e os órgãos de cobrança judicial.

5. *Cumpra esclarecer que o plano apresentado não compromete a obtenção da meta do resultado primário do Governo Federal, visto que os recursos transitam pela União classificados contabilmente como operações financeiras – concessão de empréstimos, e as despesas decorrentes da execução efetiva do Programa serão realizadas nas esferas dos Governos Estaduais e do Distrito Federal.*

6. O crédito em questão será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto nos arts. 41, inciso I, e 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se que os recursos necessários são oriundos de operação de crédito externa.

7. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



MARCUS TAVARES
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2000-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000) crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em favor do Ministério da Fazenda, para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de operação de crédito externa, firmada entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

OPERAÇÃO : 2000 - RECEITAS DA FISCALIA
 ANEXO : 2001 - RECEITAS DA FISCALIA

RRE		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RESUMOS DE TODAS AS FOLHAS - Nº 1,00						
FOC	PROPOSTA	PROPOSTA/ACAO/INICIATIVA/PROJETO	E S F	S N D	N E D	I I T	F U T E	VALOR
0774		DESEMPENHAMENTO DA ADMINISTRACAO FISCAL DE ESTADOS E MUNICIPIOS						180.000.000
OPERCIONES ESPECIAIS								
04 123	0774 0000	FINANCIAMENTO DO PROGRMA NACIONAL DE AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS						100.000.000
04 123	0774 0000 0001	FINANCIAMENTO DO PROGRMA NACIONAL DE AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS - NACIONAL	F	5-171	90	0	140	100.000.000
TOTAL - FISCAL								100.000.000
TOTAL - SUPLEMENTAR								0
TOTAL - GERAL								100.000.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 795, DE 2000-CN
(Nº 1.240/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$40.544.936,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente".

Brasília, 8 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 209 /MP

Brasília, 01 de setembro de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor global de R\$ 40.544.936,00 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais), em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, conforme discriminado a seguir:

	R\$ 1,00
<u>Presidência da República</u>	38.044.936
Gabinete da Presidência da República	30.130.000

Aporte de novos recursos para assegurar o cumprimento dos compromissos abaixo discriminados:

- recomposição das dotações consignadas às ações de informática e de manutenção administrativa, de transporte e de bens imóveis, cobertos em exercícios anteriores com recursos oriundos de destaques de outros órgãos; 10.179.700
- ressarcimento a órgãos e empresas públicas, Estados, Municípios e Distrito Federal pela cessão de servidores à Presidência da República; 8.200.000
- contratação de empresa aérea para as viagens internacionais do Presidente da República, incluindo o ressarcimento ao Ministério da Defesa por adiantamentos feitos; 3.550.000
- pagamento dos serviços de limpeza dos dutos do sistema de ar condicionado do Palácio do Planalto e Anexos; 2.500.000
- impermeabilização de lage e substituição de elevadores do Palácio do Planalto; 1.100.000
- aquisição de equipamentos de transmissão de sinais de áudio e vídeo, ao vivo, das viagens do Presidente da República em qualquer localidade do país, promovendo uma maior regionalização da comunicação do governo; 1.100.000

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo
P.L.N. N.º 21,2000
Fls. 02

(MP)
L. 2

- aquisição de equipamentos de informática para a área de segurança da informação; 700.000
- terceirização dos serviços de transporte da Presidência da República; 600.000
- aquisição de equipamentos médicos e de segurança destinados ao atendimento do Presidente da República, bem como locação de veículos para suas viagens internas. 2.200.300

	LOA 2000	AJUSTES	POSIÇÃO FINAL
Manutenção de Serviços			
Administrativos	12.024.066	14.473.300	26.497.366
Manutenção e Conservação de Bens			
Imóveis	6.198.800	9.374.700	15.573.500
Manutenção de Serviços de			
Transporte	1.268.000	4.882.000	6.150.000
Ações de Informática	1.500.000	1.400.000	2.900.000
Comunicação de Governo	20.010.560	-1.100.000	18.910.560
TOTAL	41.001.426	29.030.000	70.031.426

Advocacia Geral da União – AGU**2.383.395**

Realocação de dotações orçamentárias entre grupos de despesas e entre as diversas atividades-meio para assegurar o cumprimento dos compromissos com a manutenção e conservação de imóveis, até o final do corrente exercício, com a seguinte composição:

	LOA 2000	AJUSTES	POSIÇÃO FINAL
Assistência Pré-escolar	309.986	-45.200	264.786
Assistência Médica e Odontológica			
a Servidores	1.294.560	-601.500	693.060
Concessão de Auxílio Transporte	309.936	-15.600	294.336
Concessão de Auxílio Alimentação	1.313.280	-437.700	875.580
Manutenção de Serviços			
Administrativos	4.417.845	-658.395	3.759.450
Manutenção e Conservação de Bens			
Imóveis	(1)7.370.200	1.758.395	9.128.595
TOTAL	15.015.807	0	15.015.807

(1) Inclui o remanejamento de investimentos para outras despesas correntes no valor de R\$ 625.000,00.

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN**R\$ 1,00
5.531.541**

Remanejamento de dotações entre ações e entre grupos de despesa, visando a ajustar as alocações orçamentárias para assegurar a operacionalização das ações ligadas à área de inteligência, envolvendo o treinamento e especialização de 120 oficiais de inteligência aprovados em concurso público; a modernização do parque computacional para maior agilização no processamento e transmissão de dados; a realização de ações específicas da área de inteligência; a instalação e manutenção de instrumentos de proteção dos equipamentos de informática contra descargas elétricas; a manutenção das estruturas da Agência em Brasília e das 12 agências regionais nos diversos Estados; e a aquisição de mobiliário e equipamentos para atender aos novos contratados, na forma detalhada a seguir:

	LOA 2000	AJUSTES	POSIÇÃO FINAL
Ações de Inteligência	8.552.000	-5.283.685	3.268.315
Ações de Caráter Sigiloso	2.172.800	270.200	2.443.000
Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações de Dados	3.024.430	(1) 447.099	3.471.529
Manutenção Administrativa	1.377.800	3.245.311	4.623.111
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	4.306.000	1.246.780	5.552.780
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	165.000	74.295	239.295
TOTAL	19.598.030	0	19.598.030

(1) Inclui alteração entre grupos de despesas no valor de R\$ 247.856,00.

Ministério da Justiça**2.500.000****Administração direta****2.500.000**

Remanejamento de recursos para atender às despesas com a Manutenção de Serviços Administrativos, tais como: telefonia, aquisição de passagens, diárias, serviços postais, assinaturas de jornais e outras despesas administrativas, bem como com a Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, objetivando dar continuidade às atividades de maior vulto, como os serviços de vigilância, limpeza, água, luz, conservação, reformas e adaptações de imóveis, conforme a programação abaixo:

	LOA 2000	AJUSTES	POSIÇÃO FINAL
Manutenção de Serviços Administrativos	7.345.912	2.000.000	9.345.912
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	1.922.991	0 (1)	1.922.991
Capacitação e Especialização de Profissionais em Direitos Humanos	5.617.868	-1.000.000	4.617.868
SUBTOTAL	14.886.771	1.000.000	15.886.771

Departamento de Polícia Rodoviária Federal**Aquisição de Equipamentos****Necessários para o Patrulhamento****das Rodovias e Estradas Federais**

1.300.000 -600.000 700.000

Sistema de Monitoramento de**Veículos de Policiamento****Rodoviário**

200.000 -100.000 100.000

Modernização do Sistema de**Telecomunicações da Polícia****Rodoviária Federal**

400.000 -200.000 200.000

Sistema de Informações da Polícia**Rodoviária Federal**

174.000 -100.000 74.000

SUBTOTAL

2.074.000 -1.000.000 1.074.000

TOTAL

16.960.771 0 16.960.771

(1) Inclui o remanejamento de investimentos para outras despesas correntes no valor de R\$ 500.000,00.

2. A viabilização do presente crédito far-se-á com recursos provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 29.030.000,00 (vinte e nove milhões e trinta mil reais), e de dotações da Presidência da República e do Ministério da Justiça, no valor global de R\$ 11.514.936,00 (onze milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e trinta e seis reais), em conformidade com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei.

3. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento dos pleitos, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



MARTUS TAVARES
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2000-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$40.544.936,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$40.544.936,00 (quarenta milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial da Reserva de Contingência e do remanejamento do dotações orçamentárias, respectivamente, nos valores de R\$29.030.000,00 (vinte e nove milhões e trinta mil reais) e de R\$11.514.936,00 (onze milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e trinta e seis reais), conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20101 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/COG/OUTILHO/PROJETO	E	S	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	E	
0700 APOIO ADMINISTRATIVO 30.120.000								
ATIVIDADES								
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						14.000.000
04 102	0700 0000 0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	11.000.000
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES						4.000.000
04 102	0700 0000 0100	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	4.000.000
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS						5.000.000
04 102	0700 0000 0111	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	5.000.000
04 102	0700 0000	ACESSOS DE INFORMÁTICA						1.000.000
04 102	0700 0000 0116	ACESSOS DE INFORMÁTICA - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL 26.100.000								
TOTAL - DERIVADO 0								
TOTAL - TOTAL 26.100.000								

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20114 - SUPLENÇÃO-GERAL DA UNIAO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/COG/OUTILHO/PROJETO	E	S	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	E	
0700 APOIO ADMINISTRATIVO 3.399.936								
ATIVIDADES								
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS						3.399.936
04 102	0700 0000 0001	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	3.399.936
TOTAL - FISCAL 3.399.936								
TOTAL - DERIVADO 0								
TOTAL - TOTAL 3.399.936								

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/COG/OUTILHO/PROJETO	E	S	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	E	
0841 INTELIGENCIA NACIONAL 889.196								
ATIVIDADES								
08 102	0841 0011	OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRANSMISSÃO DE DADOS						884.955
08 102	0841 0011 0002	OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRANSMISSÃO DE DADOS - NACIONAL	F	4-INV	80	0	100	884.955
08 102	0841 0000	ACESSOS DE CARTÃO TELEFONE						270.000
08 102	0841 0000 0000	ACESSOS DE CARTÃO TELEFONE - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	270.000
0700 APOIO ADMINISTRATIVO 4.428.081								
ATIVIDADES								
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						3.348.211
04 102	0700 0000 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	3.348.211
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS						1.348.769
04 102	0700 0000 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	1.348.769
0701 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO 74.295								
ATIVIDADES								
04 102	0701 4070	OPERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PRESENTES EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO						74.295
04 102	0701 4070 0000	OPERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PRESENTES EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	74.295
TOTAL - FISCAL 9.521.541								
TOTAL - DERIVADO 0								
TOTAL - TOTAL 9.521.541								

ORÇAO : 20000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 20101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/COG/OUTILHO/PROJETO	E	S	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	E	
0700 APOIO ADMINISTRATIVO 3.000.000								
ATIVIDADES								
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						3.000.000
04 102	0700 0000 0111	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	3.000.000
04 102	0700 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS						800.000
04 102	0700 0000 0111	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL 3.800.000								
TOTAL - DERIVADO 0								
TOTAL - TOTAL 3.800.000								

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20101 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGNOSTICA	PROGRAMA/COG/OUTILHO/PROJETO	E	S	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	E	
0702 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO 1.100.000								
ATIVIDADES								
04 101	0702 0017	COORDENAÇÃO DE GOVERNO						1.100.000
04 101	0702 0017 0001	COORDENAÇÃO DE GOVERNO - NACIONAL	F	3-SEC	80	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL 1.100.000								
TOTAL - DERIVADO 0								
TOTAL - TOTAL 1.100.000								

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	RES	020	000	10	100	VALOR
0000 RESERVA DE CONTINGENCIA								29.030.000
OPERACOES ESPECIAIS								
00 000	0000 0000	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						29.030.000
00 000	0000 0000 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL - NACIONAL	F	0-RES	00	0	100	29.030.000
TOTAL - FISCAL								29.030.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								29.030.000

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os proventos de arrecadação de impostos;

III - Os resultados de arrecadação parcial ou total de operações autorizadas ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugado-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas até a data em que a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a incidência do crédito.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzem-se a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 796, DE 2000 – CN

(Nº 1.241/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$30.051.411,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Brasília, 8 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 206/MP

Brasília, 1º de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

(Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$30.051.411,00 (trinta milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e onze reais), em favor da Presidência da República.

2. O crédito pleiteado objetiva promover ajustes no orçamento vigente do Fundo da Imprensa Nacional, conforme discriminado a seguir:

R\$ 1,00		
Itens	Suplementação	Origem
Presidência da República		
Fundo da Imprensa Nacional – FUNIN		
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	300.000	
- Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	50.000	
- Informatização do Processo Editorial	5.000.000	
- Modernização do Parque Gráfico	3.102.101	
- Divulgação Eletrônica de Publicações Oficiais	3.500.000	
- Edição e Distribuição de Publicações Oficiais por Meio Convencional	11.499.310	
- Manutenção do Parque Gráfico	6.500.000	
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	100.000	
- EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		30.051.411
TOTAL GERAL	30.051.411	30.051.411

3. A suplementação em pauta justifica-se em função da necessidade de a Imprensa Nacional custear as despesas relativas à aquisição de insumos básicos para produção do **Diário Oficial** da União, à informatização do parque gráfico e à sua manutenção, além de garantir o pagamento de benefícios aos servidores até o final do presente exercício.

4. Os recursos contidos no presente crédito e sua respectiva aplicação foram registrados no Sistema Integrado de Dados Orçamentários — SIDOR, por intermédio do Ofício eletrônico nº 068/MJ, de 10 de julho de 2000.

5. O crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos oriundos da incorporação de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, estando em consonância com as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Em cumprimento ao disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, (LDO — 2000), demonstra-se, no quadro a seguir, o excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas.

Descrição	Em R\$ mil			
	Arrec. até Julho/2000 (a)	Estimado Ago. a Dez. 2000 (b)	Previsto LOA 2000 (c)	Excesso de Arrecadação (a + b - c)
1520.29.00 - Receita da Indústria Editorial e Gráfica	55.615.377	44.417.415	69.957.000	30.075.792
TOTAL GERAL	55.615.377	44.417.415	69.957.000	30.075.792

7. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2000 – CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$30.051.411,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$30.051.411,00 (trinta milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e onze reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ÓRGÃO: 2000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE: 2027 - FUNDO DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (IMPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 100						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/STATUS/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	P O U	F T	VALOR
0900 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR								
130.000								
ATIVIDADES								
14.301	0100 2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						100.000
14.301	0100 2004 0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL						100.000
14.301	0000 2011	ACELERADO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						10.000
14.301	0000 2011 0002	ACELERADO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						10.000
0703 INVESTIGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS								
20.000.411								
ATIVIDADES								
24.130	0703 2000	IMPLANTAÇÃO ELETRÔNICA DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS						1.000.000
24.131	0703 2000 0001	IMPLANTAÇÃO ELETRÔNICA DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS - NACIONAL						1.000.000
		PUBLICAÇÃO VINCULADA (JORNAL DO MEIO)						1.000.000
24.131	0703 2004	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS POR MEIO CONVENCIONAL						11.499.310
24.131	0703 2004 0001	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS POR MEIO CONVENCIONAL - NACIONAL						11.499.310
24.130	0000 2000	MANUTENÇÃO DO PARQUE GRÁFICO						4.500.000
24.130	0000 2000 0001	MANUTENÇÃO DO PARQUE GRÁFICO - NACIONAL						4.500.000
PROJETOS								
24.130	0703 0000	IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO EDITORIAL						2.000.000
24.131	0703 0000 0001	IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO EDITORIAL - NACIONAL						2.000.000
24.131	0703 1000 0001	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE GRÁFICO						3.000.000
24.131	0703 1000 0001	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE GRÁFICO - NACIONAL						3.000.000
0793 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO								
300.000								
ATIVIDADES								
14.130	0793 0702	QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS POR MEIO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO						300.000
14.130	0793 0702 0001	QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS POR MEIO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO - NACIONAL						300.000
TOTAL - FISCAL								
20.051.411								
TOTAL - SEGURIDADE								
100.000								
TOTAL - GERAL								
20.051.411								

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas

sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os § 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta lei.

§ 9º (VETADO)

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende de existência de recursos disponí-

veis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, proveniente de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 797, DE 2000-CN

(Nº 1.242/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$3.560.797,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Brasília, 8 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 207/MP

Brasília, 1º de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Senado Federal solicita a abertura de crédito suplementar no valor de R\$3.560.797,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais), conforme detalhamento a seguir:

Itens	Fonte	Suplementação	Cancelamento
Senado Federal		3.560.797	3.560.797
Centro de Informática e Processamento de Dados - PRODASEN		3.560.797	3.560.797
3180.0001 - INTERLEGIS - Rede de Integração e Participação Legislativa	2100	3.560.797	
4060.0001 - Gestão do Sistema de Informática	0100		3.560.797
TOTAL		3.560.797	3.560.797

2. A suplementação em pauta visa a atender ao projeto Interlegis, que consiste na criação de uma rede de computadores para interligar as Casas Legislativas nas três esferas de governo. Os recursos ora pleiteados, que se destinam a compor a contrapartida do financiamento concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, serão aplicados na aquisição de diversos equipamentos e, principalmente, nas obras do espaço físico para instalação da sede do projeto em Brasília, cuja construção é requisito estabelecido no contrato com aquele Banco.

3. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, por se tratar de recursos resultantes do cancelamento de dotações orçamentárias, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade como disposto no art. 43, § 1º inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4. O crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo Senado Federal, no Sistema Integrado de Dados Orçamentários — SIDOR, por intermédio do Ofício Eletrônico nº 021/SSAFIN, de 24 de julho de 2000.

5. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da solicitação do Órgão, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 2000—CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$3.560.797,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de, 11 de maio de 2000, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$3.560.797,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais), para tender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORÇAM : 03000 - SENADO FEDERAL		ORÇAMENTO SUPLEMENTAR									
UNIDADE : 02100 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
ANEXO I											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
FUNC.	PROPOSTA	PROPOSTA/ACÓD/STÍTULO/PREÇO					E S F	M O D	P R O J	A C T	VALOR
0001 ATRIBUÇAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL											3.000.797
PROJETOS											
01 001	0001 000	INTERLEGIS - REDE DE INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA									3.000.797
01 001	0001 0001 0001	INTERLEGIS - REDE DE INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA - NACIONAL					F	4-200	00	0	3.000.797
TOTAL - FISCAL											3.000.797
TOTAL - SUBVENÇÃO											0
TOTAL - TOTAL											3.000.797
ORÇAM : 03000 - SENADO FEDERAL		ORÇAMENTO SUPLEMENTAR									
UNIDADE : 02100 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
ANEXO II											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											
FUNC.	PROPOSTA	PROPOSTA/ACÓD/STÍTULO/PREÇO					E S F	M O D	P R O J	A C T	VALOR
0001 ATRIBUÇAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL											3.000.797
ATIVIDADES											
01 100	0001 4000	GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA									3.000.797
01 100	0001 4000 0001	GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA - NACIONAL					F	4-200	00	0	3.000.797
TOTAL - FISCAL											3.000.797
TOTAL - SUBVENÇÃO											0
TOTAL - TOTAL											3.000.797

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especial depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - Os proventos de excesso de arrecadação;

III - Os resultados de anulação parcial ou total de créditos orçamentários ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo saldá-las.

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito à elas vinculadas.

§ 3º - Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas até a data em que a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a restituição do exercício.

§ 4º - Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, proventos de excesso de arrecadação, deduzem-se a importância dos créditos consignados abertos no exercício.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Do Expediente lido, que vai à publicação, constam mensagens presidenciais encaminhando os Projetos de Lei nºs 18 a 23, de 2000-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 16/9 publicação e distribuição de avulsos;

Até 24/9 prazo final para apresentação de emendas;

Até 29/9 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 9/10 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2000

Requer a tramitação em conjunto dos Projeto de Lei do Senado nº 488/99 e Projeto de Lei da Câmara nº 77/97, por versarem sobre matéria correlata.

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 1999, que "Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997 (nº 469/95, na Casa de origem), que "ispõe sobre o Programa Especial de Trabalho Educativo e dá outras providências", por versarem sobre matéria correlata.

Justificação

Examinados os projetos em tramitação nesta Casa, verificou-se a existência do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997 (nº 469/95, na Casa de origem), no Senado desde 16 de dezembro de 1997, com teor semelhante.

Na Câmara dos Deputados, este Projeto, de iniciativa do Deputado Alexandre Ceranto, foi distribuído à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

Solicitada sua tramitação em regime de urgência, o Projeto recebeu substitutivo, aprovado naquela Casa e encaminhado ao Senado, onde recebeu o nº 77, de 1997 e foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ali, teve a ele apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 1999 e aguarda, atualmente, Parecer do Relator designado, Senador Luiz Pontes.

Assim, em nome da economia processual, é da maior importância que se processe a tramitação em conjunto dessas proposições.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2000. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste minirrecesso que houve até hoje e que continuará até as eleições, com uma pequena interrupção amanhã, fiquei a analisar o que leva o Brasil e, de um modo especial, as grandes cidades como Brasília, a um índice de violência, a um índice de mortes praticamente sem causa. Em Brasília, por exemplo, a capa dos dois jornais da cidade geralmente é ocupada pela violência de crimes cometidos na noite anterior.

É impressionante observar, entre Rio e São Paulo, qual dessas cidades é a mais violenta. Ainda mais impressionante é verificar em algumas cidades no interior do Brasil, com um número médio de habitantes, o aumento do índice de criminalidade.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} mais uma vez para o fato de os crimes não terem um motivo, uma razão, uma causa: uma briga entre namorados; gurizinhos que resolveram assustar um ao outro, um deles atirando no outro pra valer; crianças brincando com armas de fogo sem se dar conta; crianças brigando, indo buscar o revólver do pai e matando seu amiguinho. É impressionante como não conseguimos entender que filosofia faz com que de repente toda uma sociedade mude, altere seu espírito, sua maneira de ser, e a violência atinja os índices atuais.

Muitos ligam isso aos programas de televisão, dizendo que esses são os principais responsáveis pela formação de um caldo de cultura, que faz com que a sociedade queira imitar o que vê ali. É verdade que o índice de crime, de violência a que assistimos é impressionante na televisão. Agora o Ministério da Justiça vem apresentar – e vamos debater na comissão os horários – critérios que fixam normas com relação a público e horário para programas que apresentem violência, sexo e tudo o mais. Mas a verdade é que não há como deixar de reconhecer que violência e sexo na televisão são fatores que atingem a sociedade, principalmente em uma época em que os critérios de formação de uma sociedade vão mudando. A família não é mais a mesma, não tem mais o sentido aglutinador que teve no passado, o colégio e a própria religião também. A televisão fica sozinha como babá e formadora da cabeça das crianças. E é exagerado o número de desenhos para crianças ba-

seados na violência. Em vez de programas mais leves, formadores de caráter, de personalidade, formadores de cultura – como é o caso do **Castelo Rá-Tim-Bum** –, são apresentados desenhos, principalmente alguns japoneses que mostram muita violência, de uma maneira tão radical.

Já se diz que a criança brasileira é a que fica mais tempo na frente da televisão e se diz também que a classe pobre e a classe média baixa brasileiras são as que ficam mais tempo diante da televisão. Então não há como deixar de reconhecer que o fator televisão deve ser analisado.

Mas não sei se ficamos só nisso, ou se temos que ir adiante nesse debate. É claro que não há como deixar de reconhecer que o nível social, que a alta taxa de desemprego – muitas pessoas não têm o que fazer, não têm com o que se ocupar, como desenvolver suas atividades – criam um clima cujas consequências é fácil de imaginar. Uma favela onde não há casas, nem barracos. Hoje, inclusive, estava vendo que tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro existem favelas cujo padrão é de classe média. Favela com casas de dois pavimentos. Estava vendo uma análise muito interessante, há favelas com dois pavimentos e cobertura, até favelas com piscina. De certa forma, principalmente no Rio de Janeiro, há muitas pessoas que moram na região das favelas, que trabalham na zona sul. Elas não têm condições de comprar uma casa ou um apartamento por ali, pois são muito caros, mas ganham relativamente bem para comprar uma casa melhor na zona norte. Como não querem percorrer quilômetros e quilômetros de casa para o trabalho na zona sul, pois se gasta uma hora e meia para ir e para voltar, essa gente vem melhorando suas casinhas nas favelas. E algumas estão em relativas boas condições.

Tenho dito que se enganam os que imaginam que o mal em um país é a pobreza. Ser pobre! Claro que ninguém gostaria de ser pobre; claro que todos gostaríamos de ganhar mais. Se nós, Senadores, gostaríamos de ganhar mais, imaginem o restante do conjunto da sociedade! Mas o problema não está na pobreza com dignidade. O pobre que é pobre, mas que tem o seu emprego, o pobre que é pobre, mas que com seu emprego garante uma vida relativamente digna, vive feliz e tranquilo. O que quero dizer com uma vida relativamente digna? Quero dizer que não há suntuosidade, não há excesso, mas o normal, o exigível para o cidadão viver com dignidade. E aí se inclui o cara que mora na favela. Estive visitando, no Rio de Janeiro e em São Paulo, algumas dessas fave-

las e vi casinhas simples e singelas, belas casinhas, pintadas, arrumadas, bonitinhas, com televisão. Essa gente que vive em uma casinha, cujos filhos estão na escola, que conseguem vesti-los, que não passam fome, que comem e comem bem – não é uma comida excepcional, mas comem –, leva um padrão de vida tranqüilo, feliz inclusive.

Conheço muita gente pobre feliz. Conheço muita gente simples, feliz, satisfeita, como essas de quem estou falando, lá no meu Rio Grande do Sul. Conheço gente que me acompanha na política, como amigo, ao longo de 40 anos, desde a campanha de vereador em Caxias do Sul. E somos amigos de família. Eu sou padrinho de casamento deles, sou padrinho de batismo da filha, de casamento dos netos, acompanho três gerações de gente pobre, operária, mas gente que sempre teve emprego, que conseguiu educar as crianças, alguns até com orgulho, porque agora nessa geração já estão na universidade, gente muito feliz, muito contente. É impressionante o padrão de dignidade dessa gente: sim, sim; não, não. É impressionante o padrão da educação daqueles filhos. Digo que eles não são educados; na convivência, eles têm uma bela vida. Então, não há como deixar de reconhecer que estão ligados à violência o desemprego e a falta de lar. Muitas vezes a mulher abandonada vai para um lado, o homem vai para outro, as crianças ficam na rua, sem orientação, pois não têm o pai nem a mãe, e nem à escola vão. Se vão, isso não adianta muito, porque há muito tempo as nossas escolas, até pelo seu estilo e pela orientação que deram à parte reservada à formação da criança, têm deixado muito a desejar. Nas escolas há greve permanentemente porque os professores ganham mal – realmente ganham muito mal. Em alguns lugares, durante muito tempo, a escolha foi política, colocaram como professores pessoas que inclusive eram quase tão analfabetas quanto as crianças que iam estudar. A organização dessas escolas, assim como o padrão formação moral, humana, social, religiosa deixa muito a desejar. Mas, de qualquer modo, essas crianças ainda estão na escola. Quem está na escola, por mais negativos que sejam os padrões dela, sempre tem determinada formação.

E os que não estão na escola? Há, ainda, os que fingem freqüentar a escola mas que, na realidade, não a freqüentam. Como Governador acompanhei bem essa triste questão. Há crianças que são transviadas porque o lar implodiu: o pai, sem emprego, foi para um lado, a mãe para o outro. Existem até mães que mandam as crianças pedirem esmolas. Por

outro lado, há criança que, mesmo possuindo um lar consistente, vive em má companhia, faz de conta que vai à escola, mas lá não aparece. No final do ano já não é um aluno, mas um menino de rua, sem que a mãe sequer tenha consciência disso. Todo esse contexto deve ser somado para analisarmos o que está acontecendo nas cidades brasileiras, para entendermos o índice de violência. Não há como deixar de reconhecer que o problema social é um formador, um grande formador, do grau de violência. Como Parlamentar e advogado já participei de vários debates sobre a questão, que é dramática, mas não tenho uma opinião definitiva sobre a matéria. Falo dos crimes em que crianças são utilizadas exatamente por serem menores e, por isso, não são puníveis. Há os que utilizam uma criança no tráfico de drogas – meu Deus! –, e até mesmo em crimes violentos como, por exemplo, o de seqüestro. Na hora de alguém aparecer, lá está a criança e não mais que ela. É impressionante o que os mais velhos fazem, demoniacamente, para destruir a vida de uma criança: pais prostituem as filhas, vendendo-as em troca de quase nada; crianças que estão na rua pedindo esmola de repente são chamadas por alguém que lhe dá uma importância em dinheiro para que passem a ser distribuidoras de droga, que passem a ser orientadoras dos grupos, das gangues, para dizer quando os policiais estão vindo. Tudo isso faz parte desse esquema que coloca o Brasil, se não me engano, em terceiro lugar em índice de criminalidade do mundo inteiro.

Não temos guerra civil, como na Colômbia, não temos nenhum tipo de disputa interna por região, não temos sangue espanhol, somos um povo de índole pacífica, singela, e, no entanto, as manchetes estão a mostrar: em cada final de semana, sistematicamente, a violência é maior do que no final de semana anterior.

Reúne-se o Governo. Em São Paulo, causa-me pena o Governador Mário Covas, que está no sexto ano de seu mandato. Não é deste Governo, mas de muito tempo, o problema da criança. Nas casas de internamento de crianças, na Febem, em São Paulo acontece algo terrível de ser narrado e difícil de ser equacionado.

Sou testemunha do esforço do Governador – conversamos muitas vezes sobre isso –, conheço os planos que já colocou em prática e os que ainda pretende colocar. Sei que se perguntassem ao Governador Mário Covas qual a questão que gostaria de ver resolvida no seu Governo e que mais lhe tranca a garganta, ele responderia que é o problema da Febem, dos menores.

Essa é uma coisa interessante de ser analisada. Primeiro, não é falta de dinheiro, porque São Paulo tem dinheiro. Mas pode ter dinheiro e não querer aplicá-lo. Mas o Governador considera prioritária no seu Governo a solução do problema das crianças, o problema da Febem. Segundo, ele tem feito muita coisa.

Lembro-me de que certa ocasião, enquanto almoçávamos juntos falando sobre um dos maiores problemas que enfrentava, o Governador Mário Covas me disse: "Olha, Pedro, tu nem imaginas, o prefeito não admite em hipótese alguma uma unidade da Febem no seu Município. Vou lá e digo que ele entra com o terreno e eu faço uma unidade moderna, bonita, nada parecida com uma casa penitenciária, mas o prefeito não aceita de jeito nenhum. A Procuradoria está estudando a parte jurídica para entrarmos em juízo para fazermos a casa, nem que tenhamos de entrar com o terreno para construir a casa. O prefeito não admite casa da Febem, pela fama que ela tem. Uma casa da Febem desmorona o prestígio do bairro onde se encontra, porque fica o sobressalto permanente e a decadência na credibilidade daquele bairro".

Mário Covas vem construindo casas para recolher os menores, e as rebeliões continuam; a violência continua. É claro que aqui entram alguns fatores difíceis de serem analisados. Quando chegarmos ao fator segurança e falarmos do problema do menor recolhido a um estabelecimento desses, quando formos discutir o problema dos presos, dos agentes penitenciários, da polícia, veremos que uma infinidade de questões deverão ser analisadas, desde as salariais até as de natureza moral, ética, sentimental, bem como questões que, muitas vezes, na esfera policial são muito mais normais, como as de saber se aqueles que estão presos não deveriam estar soltos, cabendo à polícia cuidar efetivamente daqueles que está prendendo e daqueles que deveriam estar na cadeia. As razões são muito complexas e muito difíceis. A verdade é que mesmo em lugares onde há dinheiro, interesse, dedicação, vontade, obra, não se encontra uma solução. Se fôssemos analisar o problema da criança nesses termos, veríamos que o Sr. Mário Covas teria números para apresentar, pois construiu mais casas da criança, edificou mais metros quadrados, nomeou mais gente em seus seis anos de governo do que outros em anos anteriores. Todavia, a imprensa e a sociedade não abordam a questão por essa perspectiva. A violência, a rebelião, os assaltos e os colchões queimados continuam; o quadro é absolutamente idêntico, o que demonstra que não bastam dinheiro e melhores condições sociais se não se acres-

ce algo mais a esse conjunto de medidas. É preciso acrescentar algo mais!

Todavia, pergunto-me se, no Brasil, a fórmula utilizada para equacionarmos os problemas sociais não é fria, gélida, impessoal. Vejo, desde a primeira autoridade, passando pelas demais, enfim, todos tratando o problema do menor, das favelas, profissionalmente, sem nenhum sentimento. Essas pessoas não são capazes de se comover ao chegar a uma favela e ver uma criança, no chão, chorando abraçada à mãe que fora assassinada; ou, como aconteceu em uma vila, aqui em Brasília, quando uma mãe chorava, carregando uma criança de 9 anos no colo, morta por uma bala perdida.

Não sei se esse contexto, Sr. Presidente, não teria de ser debatido, inclusive, com a própria sociedade de que está ali.

Defendo muito, Sr. Presidente – e V. Ex^a também – a criação de algo como o serviço militar, de alistamento obrigatório, mas no âmbito social. Contudo, quando convocamos os jovens, não ficam em serviço sequer 5% deles, porque nos quartéis não há instalações; nos fins de semana, eles não ficam porque não há comida. O serviço se desorganizou completamente – e o serviço militar era bom. A qualquer jovem era dada orientação cultural e formação moral e cívica. Tempos atrás, quando esse serviço funcionava, muitos pais me vinham solicitar que seus filhos ficassem no quartel, pois o mais fácil era saírem.

Penso, então, que se deveria formar um serviço de conscientização, que reuniria um contingente anual de milhares de jovens, que completam 18 anos – e uma minoria provém da elite; mas uma imensa maioria, das classes média, pobre e miserável –, mas esses jovens não iriam para o quartel. Poderíamos organizar um serviço não-militar, em conjunto com a sociedade civil, a prefeitura, as entidades sociais, onde se desse orientação a eles.

Como acontece hoje, o jovem da favela que chega ao quartel coloca dentes, aprende a ler, a escrever, a falar, engorda, começa a ser gente, aprende uma profissão. Poder-se-ia fazer isso. Já os jovens da classe média formariam um contingente de milhões de pessoas que poderiam fazer um trabalho "voluntário", ainda que obrigatório, para ajudarem nas escolas, nos parques, numa infinidade de setores. Aqui mesmo, no Senado, poderíamos ter trezentos desses jovens, prestando serviços e ganhando a sua remuneração, assim como as pessoas que aqui prestam serviços pelo regime da terceirização. Seriam pessoas

que, em um período, teriam formação educacional e, no outro, aprenderiam um ofício.

Se o Governo partisse para soluções que tivessem alma, se o Governo partisse para soluções que tivessem sentimento, se o Governo partisse para soluções que analisassem o povo, as pessoas, não teríamos só técnicos fechados em suas salas, economistas, sociólogos – pessoas muito importantes, muito entendidas –, que dão as orientações, as determinações, mas com um formalismo que, ao sair dali e ser transformado na prática, não dá em nada, porque não leva nada à criança, não leva nenhuma demonstração de absolutamente nada a essa criança.

Por isso, meus amigos, creio que o Presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, não se dá conta de um fato. Quem sou eu para analisar um Presidente da República vitorioso, reeleito, mas, para mim, que estou aqui fora, que sou leigo, é mais importante o Presidente da República ser um grande sociólogo do que ser apenas mais um economista – e sequer posso dizer em que categoria o classificaria. Se o Presidente utilizasse seus conhecimentos de Sociologia e se sua esposa, com sua especialidade, trouxesse-nos o sentimento dos antropólogos, se se emocionassem como Darcy Ribeiro, ao falar dos problemas e das dificuldades da raça brasileira, se sonhassem, como ele, com relação às perspectivas do Brasil, do povo brasileiro, seria muito melhor, Sr. Presidente, do que pôr cesta básica no caminhão ou no trem e enviá-la a uma determinada cidade. Quando o Betinho era vivo, o negócio era feito de maneira muito rígida, sem a presença de qualquer tipo de política partidária. Era feito com sentimento de respeito, que hoje não existe. Hoje, não no Governo mas na base, na entrega, o Prefeito ou alguém em nome do Prefeito ou o candidato a Vereador faz a entrega: “Está aqui a cesta; vem, do lado de lá, o voto”.

Esse foi um belo trabalho. Quando o lançamos, com o Bispo D. Mauro e o Betinho, foi um belo movimento, iniciado tão-somente para combater a fome. Lembro-me de o próprio Betinho dizer: “Eu sou contra; todo mundo é contra; e muita gente está me cobrando o fato de estar no movimento. Mas mostraram-me uma realidade: são tantos os brasileiros morrendo de fome, que não tenho o direito de ficar só na teoria e esperar encontrarem um emprego para que cada um deles ganhe dinheiro para comer e viver”.

O problema principal continua sendo o emprego. Temos que fazer essa gente ter emprego, trabalho; e não fazer a caridade de dar um prato de comida. Mas, enquanto desenvolvemos um plano para termi-

nar com o desemprego, temos que dar um prato de comida para esses que estão morrendo de fome.

Esse era o objetivo inicial do plano. E mesmo esse plano inicial, quando foi lançado assim, foi lançado em conjunto com a sociedade. O Banco do Brasil, as agências do Banco do Brasil agiram de maneira espetacular. O quartel agiu de maneira exemplar, levando adiante esse plano.

O plano mudou, o Betinho caiu fora, Dom Mauro também. E em vez de ele partir para uma conotação mais social, mais em conjunto com a sociedade, ele ficou mais governamental, com mais entidades do Governo. É um grande plano, um grande projeto, uma grande atividade, mas falta o cheiro do povo, da gente. Tem o cheiro do negócio que é dado; o Governo está dando aqui: “Toma aí um prato de comida para tu não morres de fome”. Mas não tem o cheiro do social, do sentimento.

E vamos levando, Sr. Presidente. V. Ex^a me adverte, pelo menos as luzes querem dizer que o tempo está se esgotando. E ficamos a nos perguntar novamente: e a violência? E os crimes que se multiplicam? O que faremos? Qual providência tomaremos? Às vezes, existem atitudes que vêm da sociedade e têm uma repercussão excepcional. Já disse desta tribuna e repito: o **Correio Braziliense**, junto com os órgãos de rádio e televisão, de Brasília, iniciou uma campanha sensacional de respeito às faixas de segurança de pedestres. Brasília é uma cidade fantástica, mas parece-me que se esqueceram dos pedestres. Desculpe-me o meu querido Niemeyer por essa afirmação.

Ocorreu algo muito interessante quando a Secretária de Meio Ambiente do Governo Mitterrand esteve em Brasília, conhecendo a cidade. Três dias após a sua permanência aqui, houve uma entrevista coletiva e ela respondeu apavorada: “Deus me livre. Não sei quem construiu Brasília, mas foi uma pessoa que odiava o povo. Era apaixonada por automóveis, mas odiava a gente simples. Porque, de carro, ando muito bem, mas a pé... Deus me guarde”.

É verdade que houve em Brasília um acontecimento fantástico. Quando Brasília foi inaugurada, os automóveis que tínhamos eram importados. Nas cidades pequenas e médias, contava-se nos dedos o número de carros existentes. Não se imaginava jamais que, um dia, o Brasil teria essa numerosa quantidade de carros. No Governo Juscelino Kubitschek, construiu-se Brasília e instalaram-se as fábricas no Brasil. Os brasileiros jamais imaginaram que entrariam em carros fabricados por brasileiros. A nossa falta de con-

fiança em nós era total, e explodiu a produção de automóveis. Hoje, os erros praticados em Brasília – que absolutamente não deveria ter essa população atual – e o louco aumento da quantidade de automóveis deu no que deu.

O **Correio Braziliense** fez uma campanha, a sociedade ajudou e o jornalista Alexandre Garcia foi um dos apaixonados por essa matéria na televisão. Não sei como é hoje, mas até pouco tempo atrás, a única cidade brasileira que realmente respeitava a faixa de segurança era Brasília. Eu já disse desta tribuna que, quando saio de casa com minha mulher e com meu filho de cinco anos para ir ao Clube de Vizinhança, ele vai tranqüilo, ele atravessa a faixa de segurança absolutamente tranqüilo. Estou ali, mas não há nenhum problema. Os carros param, acostumaram a parar, e param.

Na mesma Brasília que era loucura, fez-se uma concentração, e de repente o Código de Trânsito é respeitado como na Inglaterra, pelo menos um artigo: o da faixa de segurança. A campanha foi feita, o movimento foi feito, o chamamento da sociedade foi feito, e o resultado veio. Acho que temos leis que não acabam mais, temos iniciativas que não acabam mais, mas contam-se nos dedos as iniciativas que temos em que se convida a sociedade para a participar. A sociedade se sente importante, sente que aquilo é para ela, que está dentro daquela “jogada”. E por isso a violência é essa que está aí.

Acho, Sr. Presidente, que o Ministro da Justiça e, em Brasília, o Governador e a imprensa poderiam fazer um grande debate sobre as causas da violência e o que fazer. Não um debate – pelo amor de Deus – na Universidade de Brasília, profissional, com técnicos, com números e não sei mais com o quê. Isso aí não precisa; é só pegar um livro, porque já deve haver vários debates feitos, em vários lugares, publicados. Digo um debate concreto, com um grupo de sociólogos, um grupo de pessoas que participam, que façam pesquisas, que debatam, que analisem e que nos apresentem algumas das causas – que já sabemos quais são – mais concretas e objetivas e o que se pode fazer para alterar isso, para diminuir, para evitar que essas coisas aconteçam? Acho que isso é tão importante que até uma comissão do Senado ou do Congresso Nacional poderia entrar nisso, junto com a Universidade de Brasília, junto com um jornal, que seria...

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso dar o aparte, pelo menos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Perfeitamente. Apenas para o conhecimento de V. Exª, a Casa está tendo o prazer de ouvi-lo há 46 minutos. E como há um orador aguardando a vez de falar estou informando V. Exª. Mas, é claro que a Casa vai ouvir, com o maior prazer, o Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Pedro Simon, falar de Brasília é me cutucar. Moro aqui há 40 anos, de modo que sempre que ouço falar dessa cidade é como se fosse falar de uma extensão minha ou me sentindo uma extensão de Brasília. Realmente, esses 40 anos de Brasília deveriam ser analisados, como V. Exª propõe. Cheguei aqui nesta cidade sem asfalto, chaminés de poeira subindo para o azul, uma maravilha! Adorei aquilo! Não havia banco. Que maravilha! Isto é uma utopia: uma cidade sem banqueiro! Era aquilo que eu procurava. As portas das residências ficavam abertas – ninguém fechava porta em Brasília! Lembro-me disso até nos anos 70. O Luiz Paulo Rosenberg, que desempenhou vários cargos, assim como todos seus outros colegas que quase se tornaram ministros, e atualmente é banqueiro, ia a São Paulo e deixava aberta a porta de sua residência na Península Norte. Homicídio era coisa rara. Quando cheguei havia pleno emprego e, mais do que isso, todos faziam hora extra, os funcionários ganhando a dobradinha. Assim, aquela poeira era mais do que suportável. Mas sabíamos que estavam construindo aqui uma cidade rodoviária, uma estrada, uma avenida. A Asa Norte, com uma avenida de oito quilômetros, a Asa Sul, com uma avenida de oito quilômetros, e a rodoviária no meio. Portanto, foi Le Corbusier, professor dos eminentes idealizadores de Brasília, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, quem afirmou, antes de V. Exª, que o objetivo do urbanismo das cidades que pretendia construir, e da qual Brasília é um paradigma, era o de matar as cidades. Foi o autor intelectual de Brasília quem afirmou isso. E ensinou, obviamente, coincidentemente, para os dois, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que são dois geniais discípulos de Le Corbusier. Apenas quero registrar o prazer que tenho com essa sugestão de V. Exª, que é de estudarmos. Já existe uma literatura bastante grande, mas, como V. Exª disse, falta, como falta em Brasília, a vida, o sentimento. E o discurso de V. Exª hoje foi todo sentindo esta falta de coração, esta falta de emoção no Governo, na maneira de considerar os problemas dos marginais, das crianças abandonadas, das Febems etc. De modo que, então, V. Exª hoje está realmente com esta coerência humana e emocional característica da sua personalidade e

dos seus pronunciamentos. Coincidentemente, o ano em que Brasília foi inaugurada foi o ano em que começaram a sair os carros das fábricas. Eram tantas fábricas e tantos carros naquela ocasião que três indústrias de carro foram embora do Brasil: a Hillman, a DKW e uma outra terceira. Era uma grande quantidade de carros; mais carro do que renda, do que dinheiro no bolso da população. Então, vemos esta cidade como uma cidade realmente automobilística. E quem não tem automóvel está sujeito à agressão dessas condições que foram sendo criadas.

Quero parabenizar V. Ex^a e apoiar com entusiasmo essa idéia de se fazer um fórum nessa cidade que tem muito o que ser estudado, muito o que nos ensinar, se soubermos decifrar – como V. Ex^a pretende – aquilo que ela guarda para nós. Meus parabéns, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a – e encerro, Sr. Presidente –, dizendo, em primeiro lugar, que o aparte de V. Ex^a é tremendamente elucidativo, não apenas pela sua cultura e capacidade mas pela demonstração que faz. V. Ex^a acompanhou os fatos, viu desde o início o que foi e no que se transformou Brasília.

De certa forma, não tanto quanto Brasília, mas a violência da presença exagerada do automóvel, minha cidade, Caxias do Sul, era como V. Ex^a estava dizendo. Não me lembro de ter chave na casa da minha mãe. Não me lembro! Cidade industrial, cidade grande, e não me lembro de chave, de roubo ou coisa que o valha. E eu era advogado e os jús que fiz eram sentimentais, passional, o marido que pegou a mulher em tais condições, aquela coisa toda. Era uma cidade de pleno emprego, em que as pessoas viviam tradicionalmente bem. Era uma cidade agropastoril, com a sua agricultura familiar. Tudo o que Caxias consumia era produzido lá mesmo. A criminalidade não existia, não existia violência. Hoje, há mais de mil fábricas. Pessoas de todo o Rio Grande do Sul foram para Caxias. Há 40 mil favelados. Os índices de criminalidade, percentualmente, guardadas as devidas proporções, são como os de São Paulo, do Rio de Janeiro e Porto Alegre. A modificação foi feita nesse sentido.

Creio que não estamos aproveitando o fato de o Presidente da República ser sociólogo. Sua Excelência não se dá conta disso e fica doido para aparecer como economista. Mal sabe Sua Excelência que o mundo detesta economistas, há economistas demais, mas nada resolvem. Estamos falando de um "casal vinte": um sociólogo e uma antropóloga. Se os dois decidissem debater o problema do mundo atual, do início do

milênio, deveriam começar pelo homem. Dessa forma, dariam um **show**. No entanto, Sua Excelência quer aparecer como economista. Nossa Primeira-dama, que é brilhante – tenho enorme admiração por sua pessoa –, não faz questão de aparecer como antropóloga. Acredito que, se o Presidente aceitasse e organizasse como quisesse um movimento para debatermos a questão da violência, o que fazer, as causas e propostas, estaria levantando uma grande bandeira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a proposta de Orçamento Geral da União para 2001 traz em si um dado extremamente frustrante. Nela não há a previsão de recursos para um reajuste dos servidores públicos. Na prática, isso significa que a grande maioria deles completará o sétimo ano consecutivo sem qualquer reajuste salarial. O último que tiveram vigorou a partir de 1º de janeiro de 1995.

Desde a correção recebida por eles nessa data, muitas alterações se introduziram na economia brasileira. Houve a onda de privatizações que, ao menos na retórica oficial, reforçou os cofres públicos. Houve a reforma administrativa que impôs significativas mudanças no regime de trabalho dos próprios servidores, assim como abriu caminho para uma longa série de medidas inegavelmente restritivas. Houve a reforma da Previdência. Houve oscilações significativas no crescimento econômico, na produtividade e no nível de emprego. Houve a crise cambial de janeiro de 1999 que implicou a perda de quase 50% do valor da moeda brasileira frente ao dólar.

Houve também inflação. Muito, muitíssimo, menor que nos anos que antecederam o tempo real, mas ainda assim representando um ônus para todos os trabalhadores brasileiros.

No setor privado, ao menos uma parcela dos trabalhadores conseguiu reajustes salariais. Embora nem todos alcançassem correções capazes de acompanhar a inflação, alguns chegaram a obter aumentos até superiores a ela. Do ponto de vista econômico, não é nenhum absurdo, inclusive porque a produtivi-

dade, sempre de acordo com os dados oficiais, também se elevou no País. Com o desemprego crescente, a rotatividade aparentemente impediu que o conjunto da massa salarial registrasse grandes avanços. Mesmo assim, o trabalhador do setor privado pôde registrar algumas conquistas.

No setor público, nada disso aconteceu. Circulam, é verdade, dados técnicos indicando que determinadas carreiras passaram por reestruturações que embutiram aumentos salariais. Nada temos contra uma concepção de Estado que valorize determinadas atividades, especialmente atividades-fim, de modo a buscar maior eficácia e adaptar-se a novas demandas sobre os serviços por ele prestados. É perfeitamente razoável que se adote uma postura seletiva na gestão da folha de pessoal.

Entretanto, cabe perguntar: se alguns recebem esses reajustes, de acordo com a política seletiva adotada pela atual administração, o que acontecerá com os outros, que, aliás, compõem a grande maioria? Por acaso eles não precisam se alimentar, vestir-se, educar-se, cuidar da saúde, ter um mínimo de lazer? Algum tipo de reposição se faz imprescindível, nesses casos, que se contam em centenas de milhares.

Os técnicos do setor têm respondido às cobranças feitas nesse sentido com o argumento de que a política oficial impede reajustes lineares. Compreendemos que se apliquem fórmulas diferenciadas. No entanto, é impossível que todos os demais – centenas de milhares, repito, com várias centenas de milhares mais entre seus dependentes – sejam condenados a um reajuste zero durante sete anos, sem perspectivas de melhora e suportando uma inflação que, mesmo reduzida em muito, ainda corrói os rendimentos de seu trabalho.

Falamos em centenas de milhares, há pouco, porque nos referíamos aos servidores que são diretamente atingidos pelo Orçamento Geral da União, os servidores federais. A esse número deve-se acrescentar o dos servidores estaduais e municipais, a quem os prefeitos e governadores impõem, respaldados no exemplo de cima, o mesmo regime aplicado na área federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tornar claro que não defendo, em hipótese alguma, uma política orçamentária irresponsável, assim como não desejo a retomada da inflação. Proponho, isto sim, que se faça justiça.

Toda política econômica traz benefícios e impõe ônus. Acredito que o real trouxe até agora resultados positivos para o País. Diversos segmentos da popula-

ção se incorporaram ao mercado. Estratos sociais significativos tiveram, ao menos em certos períodos, incremento em sua renda.

Achamos inadmissível que todos os ônus recaiam em apenas um segmento. Talvez até outros setores tenham suportado os custos da presente política econômica, mas nenhum como o funcionalismo público.

Paralelamente vale registrar que os servidores vêm sendo demonizados de todas as formas. Uma sequência de medidas governamentais os colocam em difícil posição perante a sociedade, como se fossem responsáveis por todos os males do País. Até o lamentável episódio das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo levou à edição de atos que dizem respeito ao funcionalismo, como o código de conduta.

É isso que precisa ser colocado na perspectiva correta. Impor aos servidores um código de conduta que garanta transparência ao exercício da função pública é algo de positivo. Insinuar qualquer correlação entre o conjunto do funcionalismo e irregularidades como as que vêm chocando a opinião pública nacional representa uma humilhação imerecida.

O Governo Federal, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal devem, com efeito, buscar o aperfeiçoamento da máquina administrativa e a sua transparência. A forma eficaz de atingir essa meta não é maltratando o funcionalismo. Ao contrário, será muito mais fácil garantir eficiência qualificando os servidores, valorizando-os profissionalmente.

Embora a remuneração dos funcionários constitua seu grande motivo de preocupação, precisa ser encarada dentro de um contexto. Os códigos de conduta, as medidas corretivas, devem ser acompanhados de uma política moderna de recursos humanos, para premiar o mérito e levar os funcionários a procurarem se qualificar cada vez mais. A população que utiliza os serviços públicos – e todos sabemos que os menos favorecidos são os que mais dele necessitam – será a primeira beneficiária desse esforço.

As empresas privadas buscam sempre os mais capazes no mercado de trabalho e, uma vez contratando-os, inserem-nos em um processo de aperfeiçoamento constante, tanto deles próprios quanto, por tabela, dos produtos produzidos pela empresa. O Governo tem feito o contrário.

Primeiro, desestimula os funcionários pelo prolongado congelamento de salários, a permanecer no serviço público. É evidente que os mais qualificados tenderão a sair, uma vez que encontrarão melhores propostas na iniciativa privada. Depois, submete os

remanescentes a uma política dura, que, embora aparente os mais elevados objetivos, termina por constrangê-los diante da opinião pública.

Repito que não nos opomos ao esforço de disciplinar a ação governamental, buscando a responsabilidade fiscal. Ao contrário, apoiamos essa meta. Como Governador do Piauí, inclusive, fiz o mesmo. O problema que aponto está na distribuição injusta dos ônus, tanto cobrando dos servidores a parcela maior dos custos do ajuste quanto expondo-os à execração pública, imerecidamente.

O funcionário público, agente de políticas que devem atender à população brasileira e ele próprio um cidadão de respeito, não merece isso. Entre os servidores estão médicos, professores, administradores, enfermeiros, técnicos dos mais variados setores, recepcionistas, atendentes, policiais, juízes, seguranças, escriturários, militares, diplomatas, motoristas, operários, enfim pessoas que trabalham nas mais variadas ocupações. Têm em comum, além do empregador, o fato de serem trabalhadores. Merecem tratamento condigno.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, "não há mal que sempre dure nem bem que nunca acabe", diz o ditado.

Tenho seguido, com muito interesse e emoção, com participação pessoal e direta, o andamento deste Governo que trouxe propostas neoliberais, uma experiência que converteu o povo brasileiro em cobaia, sobre o qual se aplicaram os princípios neoliberais nascidos em 1873, simultaneamente em Viena, em Lausanne e em Londres.

No âmago da mais prolongada crise que o capitalismo conheceu, nasceu o neoliberalismo, que, desde sua origem, sempre desconheceu o homem. Não há homens nesse universo de análise neoliberal. Não há homens! Há um tal **homo oeconomicus**, uma invenção robotizada de economistas como Von Hayek, Pareto, Stanley Jevons, Marshall etc, que passaram a imaginar que o homem deveria ter um comportamento racional, maximizando lucros e vantagens e minimizando custos, gastos e desutilidades, como diziam. Esse era o ser humano limitado desses reducionistas, que custaram a criar alguma credibilidade a partir de 1873.

Um dos precursores neoliberais foi um alemão chamado Gossen, que se dizia um Ptolomeu da soci-

idade humana, que estava descobrindo as leis que presidem o comportamento dos homens, desses rati-nhos pavlovianos em que foram transformado os seres humanos.

O Sr. Gossen, o verdadeiro e envergonhado fundador da Escola Neoliberal, ficou desesperado com a reação fria do leitor às suas três leis que julgava fundamentais para explicar o comportamento humano e se surpreendeu com a pouca vendagem dos seus livros, com a falta de aplauso àquelas idéias pequenas por meio das quais ele se julgava capaz de explicar o comportamento do homem nos diversos mercados. O fundador real do Neoliberalismo ficou desesperado, pôs fogo nos livros que havia publicado e se suicidou ao lado de suas obras.

Gostaria que alguns neoliberais de hoje seguissem o exemplo corajoso do fundador dessa chamada ciência, que constrói um mundo abstrato, completamente desgravitado.

Estava o Senador Pedro Simon falando a respeito dessa frieza, dessa distância dos economistas em relação ao mundo. Na realidade, isso aconteceu desde o princípio, desde que os liberais e clássicos como Adam Smith, David Ricardo e outros deram lugar aos neoliberais, que se distanciaram do mundo em crise e, não sabendo dar resposta ao mundo real, construíram um mundo de abstrações onde não havia ser humano, mas apenas **homo oeconomicus** robotizados. Segundo eles, o mundo e os mercados que criaram são excelentes para se ajustar automaticamente no ponto de maior eficiência.

Contudo, trata-se de um mundo cerebrino, criado na cabeça das pessoas e que não se relaciona com a prática. Em 1873, iniciava-se uma profunda crise que durou até o princípio deste século. Para eles, nesse mundo abstrato que construíram, não existe desemprego, há emprego para todos. Mas a crise é fantástica: 40% da população não consegue trabalhar. Por exemplo, na reconstrução de Paris, em 1825, foram empregados 25% da população desempregada daquela cidade. E assim aconteceu pelo mundo afora. Eles imaginavam que não havia desemprego, porque os trabalhadores teriam sempre oportunidade de se empregar se quisessem aceitar o salário desse mercado – genial, fantástico, feito à imagem e semelhança de Deus – que ofereceria sempre oportunidades, desde que o trabalhador se curvasse às suas imposições.

De acordo com eles, existe um tal de rendimento decrescente: cada trabalhador que consegue trabalhar produz menos que o anterior. Há rendimentos

decrecentes. Então, quando se aumenta o volume de emprego, o salário vai tendendo a zero, igual ao Brasil de hoje desses neoliberais que aí estão. De acordo com eles, o Governo atrapalha e não deveria existir nessa sociedade que eles imaginam. O Governo só atrapalha.

O comportamento humano movido por essas lezinhas e normas menores seria capaz de ajustar-se nos níveis de equilíbrio que seriam os melhores possíveis para o gênero humano. Assim, a multidão de desempregados que existia naquela ocasião e que acompanhou quase toda a história do capitalismo estava voluntariamente desempregada. Não trabalhavam porque não queriam. Se consentissem em receber, como diz Alfred Marshall, salário zero ou negativo, se eles pagassem para trabalhar, conseguiriam emprego. Eles estavam desempregados por culpa deles, porque não consentiam em trabalhar por zero ou negativo.

É incrível! É incrível que possa ser chamada de ciência humana essa coisa que foram construindo. A moeda também atrapalha. É preciso secar a moeda. É preciso limitar a ação do Estado, vender empresas estatais. No tempo de Colbert, já havia várias empresas estatais régias e privilegiadas. Eles propunham, então, que o Governo emagrecesse e, se possível, desaparecesse, que não interferisse em nada na atividade econômica, nem no comércio internacional, nem nas relações de emprego, nem em coisa nenhuma.

Os neoliberais de hoje, que constituem uma ressurreição dessa corrente, dessa escola que praticamente encontrou sua desmoralização total em 1929, quando o desemprego subiu, em 1934, a 44% na Alemanha e a 25% nos Estados Unidos. E os neoliberais, que diziam que haveria sempre a tendência automática para o pleno emprego, ficaram totalmente desmoralizados. A partir desse momento, tal corrente só sobreviveu nas universidades, com professores neoliberais, inconscientes da história, "graficando" e "tecnificando" essas relações humanas para os seus alunos.

Diante do desemprego atual, da crise do Estado, da dívida pública, que atingiu US\$5,5 trilhões nos Estados Unidos e R\$500 bilhões no Brasil, diante de todos esses problemas que avassalaram a economia de mercado, o que fazem? Desenterram o defunto e tentam fazer ressurgir o sistema neoliberal.

Se os neoliberais são de 1873, esses atuais – como Friedman e Friedrich August von Hayek –, que começaram a escavar a sepultura para desenterrar o fracasso neoliberal ocorrido principalmente naquela data, fazem uma tarefa que, de acordo com Henri Le-

febvre, filósofo francês que escreveu um livro sobre o existencialismo, recende a cheiro de cadáver. Estão exumando aquilo que a história havia soterrado há muito tempo. Então, essa ressurreição neoliberal só poderia ter vida curta e fracassar totalmente.

As características neoliberais – sua arquitetura, sua estrutura – são tão abstratas e fora do mundo que se pode facilmente mudar de uma política neoliberal para outra. Este Governo está chegando agora a adotar políticas completamente contrárias àquelas que adotou no início do "Primeiro Reinado". No início do "Primeiro Reinado" de Sua Majestade Fernando Henrique Cardoso, o que eles diziam é que a inflação no Brasil e a inflação em geral se devia a excesso de demanda. Ora, as populações mais pobres do mundo, com um poder de compra insignificante no bolso, desempregadas ou recebendo algo próximo de zero, são, de novo os trabalhadores, essa população pobre, os responsáveis pela inflação. Então, é preciso reduzir rendas, salários, vencimentos de funcionários, demitir funcionários.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, os funcionários públicos cresceram, sim, talvez demasiadamente. Mas cresceram por quê? Porque havia 40% de desemprego na Alemanha, 25% de desemprego nos Estados Unidos no início dos anos 30, então o Governo de Franklin Roosevelt passou a empregar quem estava desempregado. Desse modo, o número de funcionários nos Estados Unidos em relação à População Economicamente Ativa é de 14%. Catorze por cento estão empregados no Governo. Talvez com 3% a Administração Pública, a burocracia, funcionasse. Mas, se isso acontecesse, se o Governo tivesse permanecido enxuto, o que teria acontecido? Em vez do desemprego insignificante que existe nos Estados Unidos – durante quase todo esse período foi de cerca de 4%, hoje o índice é menor –, aquele país campeão do emprego estaria com pelo menos 28% de desemprego, se o Governo desempregasse lá, enxugasse lá como o nosso Governo fez aqui no Brasil. Cada desempregado tem que desempregar mais duas pessoas: cada desempregado tem que dispensar seu motorista, sua cozinheira, tem que comprar menos, e, portanto, desempregar. Portanto, o desemprego final seria um múltiplo do desemprego inicial. Em vista disso, o capitalismo nunca funcionou sem a solução do Estado empregador, do Estado que incha para reabsorver a mão-de-obra posta na rua pela crise e pela tecnologia capitalista solução essa que obviamente não é exemplar.

Então, o criador dessa nova versão que afirma que os governos capitalistas devem aumentar a demanda efetiva, devem aumentar seus gastos, não podem se limitar ao equilíbrio orçamentário, porque isso é mortal para o capitalismo – seis vezes escreveu que a solução é a guerra. Diz ele: “Penso ser incompatível com a democracia capitalista que o governo eleve seus gastos na escala suficiente para demonstrar minha tese – a do pleno emprego –, exceto durante as guerras. Se os Estados Unidos se sensibilizarem com a grande dissipação decorrente da preparação das armas, aprenderão a conhecer sua força”. Quer dizer que o que Lord Keynes propunha a Roosevelt é que ele aumentasse ainda mais os seus gastos. E, em 1939, Roosevelt decuplicou as despesas de guerra, e a economia norte-americana começou a sair do desemprego iniciado em 1929.

Assim sendo, aqui no Brasil, estamos diante de um governo que quer teimar em repetir as experiências fracassadas do neoliberalismo. Há poucos dias, voltando de um desses passeios na Europa, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse a alguém: “Não me chame de neoliberal!” Antes, ele tinha muito orgulho em ser chamado de marxista. Ele foi marxista, declara num de seus livros que adota o método de Marx. Na sua tese sobre capitalismo e escravidão, ele declara que é radical, que quer pegar os fenômenos pela raiz e que adota a terminologia de Marx, os conceitos de Marx e o método de Marx. Então, ele já foi marxista. Depois, virou neoliberal.

Numa das vezes em que ele estava voltando para o Brasil; lá em Portugal, um professor da Universidade de Lisboa se não me falha a memória –disse que Sua Excelência falava em socialdemocracia, mas todos na Europa sabiam que a socialdemocracia já havia entrado em crise há muitos e muitos anos. Assim, quando chegou ao Brasil, disse que era neo-socialista. Essa já é a quarta denominação que dá a si mesmo; mas não quer ser aquilo que passou a ser: neoliberal.

Pois bem, o neoliberalismo começa com um diagnóstico de cabeça para baixo. Afirma que a inflação é devido a excessos de demanda, excesso de consumo nas sociedades latino-americanas, em que o povo passa fome, em que há, sempre houve, a não ser para uma cúpula de 2% a 5% da população, insuficiência de consumo, inclusive de alimentos, de roupas e sapatos, uma população andrajosa. E dizem que essa população consome demais e que é preciso reduzir o consumo. Assim, reduz-se. Congelam-se os salários durante sete anos.

O ex-Presidente Fernando Collor de Mello prometeu que, ao final do seu período de Governo, o salário mínimo estaria em US\$300; e o Presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu que, ao final de seu mandato, que era o único naquela ocasião, estaria em US\$250. Agora, terminado o seu mandato, já com tanto tempo de segundo reinado, temos um salário mínimo em torno de US\$75. Ele prometeu US\$250 e chamou de demagogos os que queriam um salário mínimo de R\$187, na última reposição salarial, e estabeleceu R\$151, de acordo com o que a Sr^a Teresa Ter-Minassian, do Fundo Monetário Internacional, afirmou nos Estados Unidos, em Seattle, que seria o nosso salário. Ela falou lá, antes do Sr. Malan e do Presidente da República, que os nossos salários seriam de R\$151, não mais do que isso.

Pois bem, agora, quando as pesquisas dão a resposta de que o povo consciente encontrou essas medidas, o índice de aprovação popular caiu até 13%.

Diante disso, passamos a um outro programa de Governo. Já tivemos o Programa Real, que seria eterno; depois, o Pra Frente Brasil; depois, o Avança Brasil; e agora estamos, obviamente, numa inversão total. Aquilo que era problema, o excesso de demanda, os altos salários, dizem, prometem que eles irão voltar, que o Governo agora vai conceder um reajuste salarial e até mesmo corrigir uma parte dos males do desastre, da desumanidade que recaiu sobre nós.

Há cinco, seis anos, o programa era o de demissão de funcionários, aumentar desemprego, demitir funcionários públicos! Eu mesmo estive com um grupo de funcionários demitidos, do Serpro. Fui conversar com o Presidente do Serpro, Dr. Sérgio Otero. Ele então, que havia sido meu aluno, quis me convencer das idéias neoliberais e de sua justeza. Fiquei horrorizado em ver meu ex-aluno, só porque grimpou a Presidência do Serpro, demitir centenas de funcionários do Serpro. Conversando com um dos funcionários, ele contou-me que, numa família, marido e mulher ficaram sem emprego, foram demitidos. Imaginem marido e mulher sem emprego de uma vez só! Alguns escaparam para as drogas, outros entraram em desespero completo. O Sr. Sérgio Otero ficou famoso, comprou um avião. Ele foi meu aluno; cheguei a gostar dele; não sabia que o futuro lhe reservava essa personalidade, esse comportamento.

“Cento e vinte mil funcionários deverão ir para a rua”, dizia a Ministra Cláudia Costim. O Ministro anterior havia prometido uma limpeza maior. Eles

chamam isso de enxugamento e dizem que os culpados são os demitidos, porque não se equiparam, não se reestruturaram, não reaprenderam a tecnologia moderna. Então, eles vão para a rua porque não têm competência. Além de queda, o coice. Não respeitam sequer aqueles que eles demitiram sem justa causa.

Entramos na era do tal do custo Brasil e tivemos que reduzir salários, vencimentos e rendas, para que o Brasil ficasse competitivo num mundo globalizado. Para o Brasil ficar competitivo no mundo globalizado é absolutamente necessário, de acordo com os ensinamentos neoliberais, que cada trabalhador brasileiro ganhe, por mês, cerca de US\$30, como ganha o trabalhador de Bangladesh ou da China. Quer dizer, de acordo com os ensinamentos neoliberais, é necessário que haja uma igualdade entre aquilo que eles chamam de unidade marginal do trabalho. Se na China ou em Bangladesh se paga US\$1 por dia, o Brasil só pode concorrer com esses países – tendo os mesmos equipamentos, as mesmas máquinas, no mesmo nível tecnológico – se pagar ao nosso trabalhador US\$1 por dia também. Esse é o custo Brasil, essa é a redução que deve ser imposta a nossa população, aos nossos sofrendores.

Quando Sua Excelência, o Presidente da República, que agora confessou ser narcisista, que gosta muito do Palácio da Alvorada porque lá existem muitos espelhos – Sua Excelência fez essa declaração numa entrevista há um mês e meio –, esqueceu-se de dizer que para ser reeleito, sem desincompatibilização – o que já é uma imoralidade –, teve de utilizar aquilo que restava do aparelho de Estado, das empresas estatais que foram doadas, as que não haviam sido doadas ainda, o que restava dos recursos deste Governo, que se diz falido há muito tempo – falido para o social, mas não para os banqueiros que receberam US\$30 bilhões através do Proer. Mas, para os trabalhadores, para o social, para a educação, para a sociedade, o Governo se encontra falido.

Pois bem, de repente muda tudo. De novo, torna a mudar. Aparecem recursos para uma saúde imaginária, para uma rede hospitalar imaginária. As televisões devem estar mentindo em suas imagens quando mostram as filas nos hospitais e o estado caótico em que se encontra nosso sistema de saúde. Tudo muda nesse mundo imaginário, fantástico, neoliberal.

E lá no FMI, Michel Camdessus, Diretor-Gerente do FMI até há algum tempo, cumpriu seu período, saiu e foi ser, entre outras coisas, Assistente do Vaticano. O

Sr. Camdessus saiu do FMI para ir para o Vaticano, arrependido, obviamente, daquilo que fora obrigado a permitir que se fizesse. Mas, indo para o Vaticano, conta a verdade e disse que o culpado pela situação em que se encontra o Brasil é o Sr. Fernando Henrique que, para ser reeleito, atrasou a penúltima fase do Plano Real, ou seja, atrasou a desvalorização da moeda, o que proporcionaria um **over shutting**, como dizem os americanos que estão implantados aqui. No Banco Central, no Ministério da Fazenda, são todos americanos implantados, infiltrados.

Mas, professor, o senhor é catastrofista, o senhor fica falando em invasões por causa da dívida externa, e isso não existe mais. Se não existe mais, por que os generais invasores são os presidentes do Banco Central, o Ministro da Fazenda e todo esse grupo que vi indo lá para aprender essas regrinhas e nos impor este jogo?

Então, o Camdessus disse que o Presidente Fernando Henrique Cardoso era o responsável, porque, para ser reeleito, atrasou essas medidas que dariam um **over shutting** no preço das mercadorias importadas.

Num momento o câmbio é de R\$1,00 por US\$1.00. O real é tão forte quanto o dólar e importamos tudo a preço de banana. Destrói-se o parque nacional, que não pode concorrer com as mercadorias importadas de uma maneira subvencionada pelo nosso próprio Governo. Naquele momento, o interessante era importar para achatar a inflação nos preços e, agora, o que importa é exportar. Viraram o mundo de cabeça para baixo. Como eles podem ter tido razão há dois anos, colocando o real sobrevalorizado para que pudéssemos importar tudo, de carros de luxo a arroz e feijão? Agora, o mundo é outro. A verdade, a utilidade e a necessidade do País é aumentar as exportações. Então o dólar não pode mais continuar naquela taxa fixada de US\$1.00 por R\$1,00, e o dólar então, com o **over shutting**, passou a ser R\$2,00 por US\$1.00.

Os preços subiram, não tanto quanto eles esperavam, pois esperavam que houvesse um recrudescimento na inflação naquele mês de janeiro em que o Sr. Salvatore Cacciola recebeu US\$1,6 bilhão para não ter prejuízos, para não provocar uma crise sistêmica. Agora o Sr. Eduardo Jorge diz que se o Senado cassar o Senador Luiz Estevão, aqui de Brasília, colega nosso, poderia provocar uma crise sistêmica.

Dessa forma, para tudo que o Governo não quer que se faça, ele ameaça com a crise sistêmica.

Estamos, portanto, agora nessa situação a que chegamos: todas as soluções alvidradas, sugeridas pelos tecnocratas nacionais, pelos do FMI, pelos do Banco Mundial já foram tentadas, e o Brasil se encontra com quase R\$500 bilhões de dívida pública e US\$270 bilhões de dívida externa.

Ao importarmos desesperadamente para dizer que a inflação tinha sido combatida, que havia uma estabilidade no País, achatamos os preços, destruímos as indústrias. E o que aconteceu? A nossa dívida externa grimpou para US\$270 bilhões.

Enquanto a dívida externa pôde subir, para importarmos e achatarmos os preços internos e destruímos a atividade nacional e os empregos; enquanto a dívida externa pôde subir, o Sr. Gustavo Franco reinava. Ele era o dono da verdade e da taxa de câmbio. Não se podia alterar na taxa de câmbio, que tinha de ser R\$1,00 por US\$1.00. No entanto, a dívida externa bateu lá em cima, como aquele peso do parque de diversão que bate assinalando o máximo de altura alcançável.

Não podendo importar mais, inverteram tudo, desvalorizaram o câmbio – não tanto quanto devia –, desvalorizaram o real em relação ao dólar, reduziram as importações e aumentaram as exportações. O Governo vai à televisão com a mesma cara-de-pau que dizia que o bom era importar, que, importando, haveria desequilíbrio na balança comercial e que nós brasileiros iríamos vencer o monstro da inflação, e diz, agora, que o bom é exportar, é ter saldo de exportações. Eles não podem estar certos num momento e, no momento seguinte, falar coisas completamente diferentes uma das outras, colocando em prática políticas totalmente contrárias.

Assim, se tivéssemos de falar mesmo sobre todas as mazelas, incongruências, anfibologias e maracutaías que envolveram esses anos de Plano Real, de sua implantação, de sua reimplantação, de suas tentativas de equilíbrio, com todos os instrumentos possíveis, inclusive a loucura de elevar a taxa de juros a 49% ao ano, quando o Japão, por exemplo, manteve a sua taxa de 1% ao ano durante décadas e conseguiu ser o que é. Esse pecado de 49% ao ano nem na Idade Média se cometia!

São Tomás de Aquino deve estar revoltado em seu túmulo, porque já dizia, no seu tempo, que **pecunia pecuniam parere non potest**, dinheiro não pode parir dinheiro. Esse negócio de juros é contra a natureza das coisas e contra a natureza de Deus.

E eles, ímpios, voltam ao seu ateísmo, esquecem São Tomás de Aquino e elevam a taxa de juros a 49% ao ano, a maior do mundo em todas as épocas. E agora soltam foguetes porque a taxa de juros está baixando. Ora, de novo? Taxa de juros a 49%, para salvar o Brasil. A taxa de juros agora caiu, e eles estão alardeando, por todos os meios de comunicação e em todos os discursos oficiais, que conseguiram a vitória contra a alta que provocaram e que a taxa de juros no momento está em apenas 16%.

Teríamos então uma imensidão de fatos que não deveriam nunca deixar de ser claros na consciência daqueles que acompanharam o processo, inclusive na minha consciência. E não estou falando isso por animosidade contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem, em um certo momento da minha vida, muito admirei, nem por motivos partidários, por ambição de chegar lá combatendo o Governo, nem de me reeleger, porque nunca mais serei candidato a nada. Mas consegui atingir um grau de serenidade, de estudo que até hoje me deixa acordado até três horas da madrugada, freqüentemente. Dizem que Senador não trabalha, não faz nada. Eu, porém, aos setenta anos de idade, fico estudando até três ou quatro da madrugada, preocupado apenas com o Senado e com o Brasil.

O que percebemos é que, novamente, quando as eleições municipais se aproximam, o Governo muda. É lógico, tem que desmoralizar a economia e os economistas! Não é possível que as coisas sejam assim: uma assertiva e o seu oposto igualmente válidas! O Presidente da República falou quatro vezes que é mentiroso e quer que acreditemos nele. Em qual das suas versões? Principalmente depois de ter aconselhado a esquecerem tudo o que falou.

Neste livro do Presidente da República chamado **As idéias e seu lugar** – a que vou dedicar um discurso inteiro –, Sua Excelência afirma que equilibrar o orçamento e pagar a dívida externa é uma tarefa impossível de ser realizada – está aqui, neste livro que escreveu. O que Sua Excelência quer de nós, brasileiros, é apenas o impossível: que paguemos a dívida externa e que equilibremos o orçamento, ou melhor, que apresentemos um superávit primário no orçamento para sobrar dinheiro para pagar a dívida externa. Ao mesmo tempo, promete melhorar as condições de vida.

Pelo menos, o Presidente Tancredo Neves sabia: "Jamais admitirei pagar a dívida externa com a fome do povo". Não é outra coisa que este Governo tenta fazer, como ele próprio sabe e reconhece, desde 1990, pelo menos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Os Srs. Senadores Pedro Simon e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que conste nos Anais do Senado Federal, artigo de autoria do ex-Senador Josaphat Marinho, publicado no **Correio Braziliense** de 2 de setembro corrente, intitulado "Crise de Ética".

"Compreende-se o cuidado ou a preocupação do governo com a prática de atos antiéticos na administração pública. Aos fatos notórios de irregularidades o chefe da Casa Civil imprimiu forma de reconhecimento oficial. Assim o fez na exposição de motivos com que buscou justificar a criação de um código de conduta para a alta administração federal. Nesse documento consignou que a "insatisfação social com a conduta ética do governo – Executivo, Legislativo e Judiciário – não é um fenômeno exclusivamente brasileiro e circunstancial". Dando-lhe feição genérica, extensiva a muitos países, acentua que essa tendência "parece estar ligada principalmente a mudanças estruturais do papel do Estado", por sua presença na atividade econômica. A atenuante da generalidade do mal não reduz sua gravidade entre nós. Note-se, mesmo, que, se o Estado brasileiro, ingressando no neoliberalismo, restringiu sua participação na atividade econômica e ampliou as privatizações, deveria ter limitado o campo da corrupção, o que não ocorreu. Tanto que a exposição de motivos assinala que, "na realidade, grande parte das atuais questões éticas surge na zona cinzenta — cada vez mais ampla — que se-

para o interesse público do interesse privado". Se, como refere também a exposição, "tais questões, em geral, não configuram violação de norma legal mas, sim, desvio de conduta ética", daí não deveria resultar a "sensação de impunidade", a que alude o ilustre chefe da Casa Civil. Decerto, a infração da ordem moral não tem a condená-la "punição específica", como a sanção organizada da lei, no direito. Está sujeita, contudo, à censura da sociedade, que permite ao poder político a repulsa pública e, segundo o caso, a destituição de funções de confiança. Demais, em muitos casos, no serviço público, o desrespeito a preceitos éticos envolve a desobediência a regras legais, determinante da aplicação de penas propriamente ditas. A "sensação de impunidade", pois, decorre da falta de energia do poder político.

Nem parece que um código de conduta da alta administração federal, editado por ato executivo, vale dizer, sem força de lei, seja suficiente para suprir essa deficiência. Cumpre indagar, mesmo, se teria tal efeito o império de uma lei. Códigos de ética representam instrumentos normativos para grandes grupos profissionais, como os de advogados, médicos e de outras atividades liberais, em que não há hierarquias nem privilégios geradores de superioridades. Ainda assim surgem situações, originárias sobretudo do relevo conquistado na classe, de delicada aplicação dos princípios estabelecidos. No âmbito do governo, da "alta administração", é quase impossível desconhecer o desequilíbrio de prestígio entre seus membros, notadamente na categoria de ministros. Presumir que sejam todos submetidos, igualmente, a uma comissão de ética pública e a "advertência" e "censura ética", nos termos do código adotado, é desprezar a realidade.

Além disso, mesmo que não houvesse disparidade de força entre eles, não é fácil imaginar um ministro exposto a tais constrangimentos. Se se delineia fato contrário à ética, ou o indivíduo deixa o cargo, ou o chefe do governo lhe renova confiança. Permanecer ministro, secretário de estado, ou até diretor de agência nacional ou de autarquia, submetido a sindicância, pela Comis-

são de Ética Pública, e sujeito, no cargo, a qualquer daquelas penalidades, é quadro crítico, incompatível com a ordem moral e administrativa. Dir-se-á que houve situação dessa natureza, recentemente, em que a Justiça assegurou a continuidade de titular. Mas a decisão judicial não eliminou a estranheza pública. E com o código de conduta, e por serem os cargos nele previstos de confiança, é de admitir que a Justiça não interfira nas hipóteses previsíveis, que só poderiam ser examinadas por ela a pedido do interessado ou do governo, de qualquer modo por iniciativa estranhável.

Em verdade, dificilmente o código de conduta não resultará em situações embaçosas para o presidente da República e enfraquecedoras da autoridade do governo. Tentativa de solução válida poderá consistir na reforma política, que pode fortalecer os partidos e modificar suas práticas de funcionamento. Se os partidos se reestruturarem de acordo com procedimentos democráticos e prestigiarem o mérito de seus integrantes, então, abre-se oportunidade à formação de governos insuspeitados, ou que resolverão dúvidas pela qualidade de seus componentes, dispensando código de conduta. Se esta ou outra providência idônea não sobrevier, subsistirá o que aí está: crise de ética, dissimulada por moralismo artificial, em prejuízo da sociedade e dos direitos dos cidadãos."

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, no dia 31 de agosto o Governo entregou ao Congresso Nacional a proposta orçamentaria para o ano 2001. A grande imprensa anunciou com destaque a intenção do Governo em ampliar os gastos com as políticas sociais em R\$ 9.5 bilhões, em relação aos valores previstos para este ano.

À primeira vista nos pareceu algo positivo e louvável, passando a impressão de que o Governo enfim, cedeu aos clamores da sociedade e aos apelos da Oposição que incansavelmente vem reclamando mais verbas para a saúde, para a educação, para a habitação e para a assistência social.

Mas a primeira impressão não suportou a uma rápida leitura do texto do Orçamento entregue pelo

Executivo. Não suportou a primeira indagação: de onde o Governo pretende remanejar recursos para ampliar os investimentos sociais? Simplesmente não há previsão de remanejamento de outras áreas. Para que se possa de fato aumentar os gastos com o social, segundo o que está previsto no Orçamento Geral da União para 2001, serão necessários aumentos de impostos, aumento da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira – CPMF e até a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional.

O acréscimo dos gastos sociais vai depender de outras fontes. Parte do dinheiro para essas despesas dependerá do aumento da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, e da elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados cobrado sobre alguns produtos. Essas mudanças, segundo previsões do próprio Governo, devem proporcionar um ganho de R\$3,7 bilhões e devem destinar-se ao Fundo de Combate à Pobreza. Esse fundo depende de emenda constitucional. Apesar de o projeto de emenda já ter sido aprovado no Senado, ainda falta ser aprovado, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados. Outros R\$6,5 bilhões devem ser proporcionados pela famigerada Parcela de Preço Específico (PPE), antigamente conhecida como conta-petróleo. A Petrobras entrega esse dinheiro ao Tesouro com base na diferença entre os preços externo e interno do petróleo. Neste ano, a projeção inicial era de uma receita de R\$33,5 bilhões. A evolução dos preços internacionais atrapalhou os planos. A projeção foi reduzida para modestos R\$800 milhões. Será preciso multiplicar esse valor por oito vezes para alcançar a arrecadação estimada para 2001.

Vejam, Sr^{es} e Srs. Senadores, que para financiar um aumento dos gastos sociais na ordem de 15%, como está sendo dito, o Governo dependerá, portanto, de uma alteração constitucional e da evolução dos preços do petróleo. A emenda constitucional vincula o Fundo de Combate à Pobreza a, ainda, um tributo, a CPMF, além da permanência do IPI entre as fontes federais de receita. É na verdade uma intenção que depende de vários fatores, inclusive alheios à nossa política interna.

Mas prever o gasto sem estar assegurada sequer a fonte do recurso é apenas um lado da questão. Gostaria de refletir aqui com V. Ex^{as} sobre o comportamento do Governo em relação à execução do Orçamento 2000.

Tomando como exemplo a área da saúde, no Orçamento Geral da União para o ano de 2000, o Governo previu aplicar em saneamento básico e em projetos na área hospitalar, seja em equipamentos ou na construção de novas unidades, o valor de R\$1.4 bilhão. Ocorre que, até a metade do mês de agosto, mais precisamente o dia 18, através de pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), pode-se constatar que dos, 982 projetos na área hospitalar previstos, apenas 12 estão sendo tocados. Em relação aos programas de saneamento, dos 754 previstos, apenas 23 estão sendo implementados. Foram efetivamente liberados até então, apenas R\$69 milhões dos R\$1.4 bilhão orçados. Isso representa 4.95% do total previsto. Desse valor, apenas R\$7 milhões se referem aos investimentos que estão sendo efetivados em saneamento. Considerando o previsto, isso representa tão somente 1.43%.

Não menos grave tem sido a execução orçamentária na prevenção de doenças infecto-contagiosas. No projeto de combate à doença de Chagas, foram autorizados investimentos de R\$ 59,3 milhões, mas só R\$1.1 milhão foram aplicados até agosto. No caso da hanseníase, o Orçamento prevê investimentos de R\$2 milhões para o combate da doença. Nada foi liberado até agora. Mesmo o País registrando 4.88 doentes em cada grupo de 10 mil pessoas. Nos países desenvolvidos esse número é inferior a um doente para 10 mil pessoas.

Para erradicação da *aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue e da febre amarela, foram previstos R\$6.2 milhões e liberados somente R\$9,7 mil, ou seja 0.16% do total. É com essa seriedade que o governo executa o Orçamento Geral da União que é exaustivamente discutido no Congresso Nacional.

No Orçamento do ano de 1999 foram previstos R\$1.2 bilhão de investimentos na área da saúde, mas efetivamente gastos somente, R\$281 milhões. Essa tem sido a prática do Governo. Divulga-se muito a intenção, mas na hora de liberar os recursos para efetivar as ações, fecham-se as torneiras.

Essas reflexões, Sr^{as} e Srs. Senadores, baseadas em dados concretos e oficiais, são necessárias para esclarecer à população e para que ninguém se iluda com as promessas de aumentar os gastos com as políticas sociais, propagandeada pelo Governo.

O único gasto previsto que certamente o Governo deverá cumprir à risca é o pagamento dos juros da dívida pública. Para o ano que vem estão previstos

nada menos do que R\$45,4 bilhões. Esse já tem fonte assegurada e certamente o governo não hesitará em realizá-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória da ex-Deputada Federal e ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, Márcia Kubitschek, de acordo com o Requerimento nº 441, de 2000, do Senador Maguito Vilela e outros Srs. Senadores. Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1999 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 10, de 2000)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, tendo

Pareceres sob nºs:

– 535, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Lúcio Alcântara, favorável; e

– 536, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, pela rejeição, com votos contrários dos Senadores José de Alencar, Ramez Tebet, Paulo Hartung, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy, com voto vencido, em separado, do Senador Roberto Saturnino.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, oportunidade em que teve sua votação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 2 -

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 73, DE 1997

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997 (nº 3.500/97, na Casa de origem), que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, tendo

Parecer sob nº 689, de 2000, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 3 -

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1996

Discussão, em turno único, do Substituto da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996 (nº 3.098/97, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais, tendo

Parecer sob nº 605, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável ao art. 2º do Substituto da Câmara, e pela rejeição dos demais artigos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 189, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 309, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2000 (nº 197/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 820, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antero Paes de Barros.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 6 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2000, que outorga permissão à Rádio Novo Horizonte Ltda., na cidade de Ibateguara - AL, tendo

Parecer favorável, sob nº 782, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Iris Rezende.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

- 7 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2000 (nº 223/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 623, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2000 (nº 255/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Mutum de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 821, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2000 (nº 295/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Educacional de Jataí, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 828, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2000 (nº 332/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Co-

municação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 795, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Edison Lobão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

– 11 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo

Pareceres:

– proferido em Plenário, na sessão do dia 21 de novembro de 1996, em substituição à Comissão de Educação, Relatora: Senadora Benedita da Silva, favorável ao Projeto, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual tramitava em conjunto; e

– sob nº 521, de 2000 (sobre as emendas de Plenário), da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-Plen, nos termos da Emenda nº 3-CE (Substitutivo), que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2-Plen, com abstenções do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Marina Silva.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10 de agosto último, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude do término do prazo regimental da sessão.

(O Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual a matéria tramitava em conjunto, foi arquivado ao final da última Legislatura, nos termos do art. 333 do Regimento Interno).

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 27 minutos.)

(OS 17432/2000)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 916, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011298/00-6,

RESOLVE dispensar a servidora **GLEYDE VUOLO**, matrícula 2359, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000, e lotá-la na Secretaria Geral da Mesa a partir da mesma data.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, com uma letra inicial 'A' grande e decorativa.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 917, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011357/00-2,

RESOLVE dispensar o servidor LEONARDO JOFFILY, matrícula 0994, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 918, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011378/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor **NASCIMENTO FERREIRA GOMES**, matrícula 1799, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Expediente, e designá-lo para exercer a Função de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Djalma Bessa, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 319, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011193/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor LAURINDO TEIXEIRA COSTA, matrícula 1142, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 23 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 920, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010793/00-3.

RESOLVE dispensar o servidor **ANTONIO SOARES DE PÁDUA**, matrícula 1139, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 15 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 921, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011271/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor **FREDERICO AUGUSTO RONDON NETO**, matrícula 4210, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 922 , DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011337/00-1,

RESOLVE dispensar a servidora **SANDRA DA SILVA RODRIGUES**, matrícula 4184, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Jorge Bornhausen, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 923, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011194/00-6,

RESOLVE dispensar a servidora **DIONE MARIA SIQUEIRA DOS SANTOS**, matrícula 1857, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, mantendo-a lotada no mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 23 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 11 de Setembro de 2000

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, apresentando uma grafia cursiva e fluida.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



SENADO FEDERAL
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 994, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 011459/00-0,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 074/00, celebrada entre o Senado Federal e a VIDROMEXICANO COMÉRCIO DE VIDROS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



SENADO FEDERAL
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 925, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 011291/00-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3245 e EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552, como gestores titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 072/00, celebrada entre o Senado Federal e a IMPLANTE DE ACÚSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramex Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ranai
1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Ramex Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ranai
1. Marise Finto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ranai
1. Geraldo Alkhoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ranai
1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Petrócinio - TO/4058
3. Djelma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ranai
1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Omar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ranai
1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jaci - RR/2111

Bloco de Opção

UF/Ranai
1. Lázaro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ranai
1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Sotomaior - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 6.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3285



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

- CAE** - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
- CAS** - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
- CCJ** - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
- CE** - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
- CFC** - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
- CI** - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
- CRE** - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retirou-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizado em: 10/08/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/74	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PRIMEIRA SUPLENTE	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
SEGUNDA SUPLENTE	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
TERCEIRA SUPLENTE	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
QUARTA SUPLENTE	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS		
VAGO (2)		
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA		MS-1128/1228
DJALMA BESSA		BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS		MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA		AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA		TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUSA*	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 22/08/00

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 11/09/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PEDRO SIMON AMIR LANDO RENAN CALHEIROS	PMDB - 3	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
	RS-3230/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
	RO-3130/32	3 - IRIS REZENDE	GO-203
JOSÉ JORGE ÉDISON LOBÃO	PFL - 2	1 - JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-30
	PE-3245/46	2 - BELLO PARGA	MA-30
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PSDB - 1	1 - LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
	DF-2012/14		
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 - JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

Atualizada em 14/8/2009

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimais: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizado em :5/09/2000.

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ALVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2381/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Horário regimental: Quinze-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizado em : 1º/09/2008

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO OUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 09/06/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizado em: 09/08/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - marcosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil**, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.



Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS